

2018 Relatório Anual

pcabhub.org

Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia



Coordenação

Anna Toness - USAID/Brasil
Cinthya Soares - USAID/Brasil
Maria Benevides - Quartzo Comunicação

Reportagens de Campo

Maria Benevides

Revisão Técnica

Equipe USAID/Brasil

Texto

Maria Benevides
Juliana Nogueira

Infográficos

Maria Benevides
Juliana Nogueira
Tito Barchieri

Design Gráfico

Tito Barchieri

Tradução

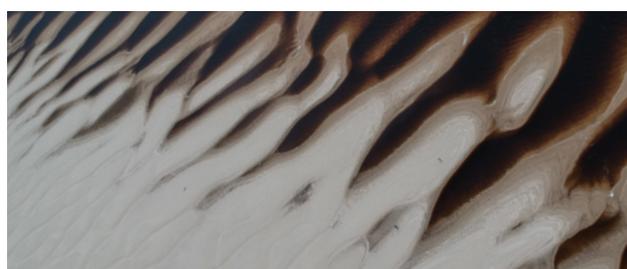
Luiz Hargreaves

Fotos

Bruno Kelly
Fotos de capa: Bruno Kelly | Ricardo Oliveira | Juliana Nogueira
www.pcabhub.org
www.flickr.com/pcab
<http://bit.ly/pcab-youtube>



SUMÁRIO



06 Apresentação

Ted Gehr
Representante USAID/Brasil

08 Introdução

Estrutura da PCAB 10
Biodiversidade na Terra 12

14 Visão Geral

Construindo bases 14
Área de atuação 16

19 Fortalecendo a conservação de áreas protegidas

Adaptação do Documento “Foundation” 20
Impacto em campo: Reserva Marinha Extrativista de Soure 23
Turismo como agente de mudança 29
Interpretação Ambiental 32
Impacto no campo: Parque Nacional Anavilhanas 33

41 Cadeias de valor

Impacto no campo – Resex Verde para Sempre 43

49 Engajamento com o setor privado

Impacto no campo - Impacto social com arte, cultura, artesanato e tradição 56
Impacto no campo - Programa Territórios Sustentáveis 62
Impacto no campo Tecnologia é usada para estimular sustentabilidade 65

66 PRÓXIMOS PASSOS

Monitoramento, Avaliação e Aprendizado 66

67 Rede de Parceiros da PCAB

68 Equipe USAID Brasil

APRESENTAÇÃO

TED GEHR

Foto: Juliana Nogueira



 Brasília, Brasil

Ted Gehr
Representante da Missão

Parceria para a
Conservação da
Biodiversidade na
Amazônia (PCAB)

“A USAID orgulha-se de desempenhar um papel facilitador e agregador entre o governo, a sociedade civil e o setor privado para alcançar resultados.”

O que fazemos

A Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia (PCAB) representa um amplo compromisso entre os povos e governos dos Estados Unidos e do Brasil para colaborar com as comunidades da floresta amazônica a fim de conservar sua biodiversidade para as próximas gerações. O ano de 2018 foi muito produtivo para a PCAB e, para fechá-lo com chave de ouro, a parceria organizou o primeiro Fórum de Investimentos de Impacto e Negócios Sustentáveis na Amazônia (FIINSA), um evento histórico realizado no final de novembro em Manaus por meio da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA). Demonstrando o poder das parcerias, o Fórum reuniu centenas de pequenas empresas da Amazônia, start-ups dinâmicas, empresas brasileiras e multinacionais, investidores de impacto, instituições de pesquisa e da sociedade civil com um objetivo comum: investir em *um* modelo econômico sustentável para a Amazônia que valorize as árvores e a biodiversidade da região. Pela primeira vez na história, o Fórum viabilizou importantes investimentos de impacto para empresas inovadoras de apoio à biodiversidade tais como Encauchados de Vegetais da Amazônia, Manioca, Peabiru Produtos da Floresta e Ração+.

A USAID orgulha-se de desempenhar um papel agregador e facilitador que visa a ajudar o governo, a sociedade civil e o setor privado a atingir resultados transformadores. O encontro anual dos parceiros da PCAB em setembro reuniu a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMbio), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), parceiros implementadores e o setor privado para um workshop de planejamento estratégico cujo objetivo era analisar os resultados, identificar lições aprendidas e melhores práticas, capacitar parceiros e comunidades locais e identificar futuras áreas de atuação.

A PCAB tem muito do que se orgulhar: Em 2018, a parceria fortaleceu 32 planos de manejo de áreas protegidas, com cobertura total de 37,2 milhões de hectares em 66 áreas protegidas (35% da área em terras indígenas e 60% em unidades de conservação que apoiam o uso de recursos sustentáveis). Os meios de subsistência sustentáveis das comunidades dependentes da floresta foram fortalecidos em 22,6 milhões de hectares, dos quais 6,5 milhões apresentaram melhorias em suas condições biofísicas. A PCAB ofereceu treinamento a 2.473 pessoas. Dessas, pelo menos 48% aplicaram seus novos conhecimentos,

tecnologias, métodos e processos à conservação da biodiversidade. Além disso, foram capacitadas 348 cooperativas, associações e ONGs, e 35.545 membros da comunidade beneficiaram-se de melhorias nos benefícios socioeconômicos das atividades relacionadas à conservação. A PCAB também gerou impactos de longo prazo, ajudando o Brasil a promover 20 políticas ou regulamentos de conservação e atraindo US\$ 4,7 milhões adicionais do setor privado por meio de programas de desenvolvimento cofinanciados para a Amazônia.

Esperamos que aproveitem a leitura do nosso Relatório Anual de 2018 e agradecemos seu apoio à conservação da Amazônia e sua diversidade social, cultural e biológica.

Ted Gehr

Diretor USAID/Brasil



Comunidade Tiririca, próxima ao Parque Nacional de Anavilhanas.

“ A implementação colaborativa das principais abordagens estratégicas da PCAB está gerando resultados muito positivos para o fortalecimento da gestão de áreas protegidas, inclusive dentro dos territórios indígenas; para o desenvolvimento das cadeias de valor na Amazônia; e para a aplicação de novos modelos de participação do setor privado em apoio ao desenvolvimento econômico sustentável na Amazônia.

Michael Eddy, Representante da Missão



INTRODUÇÃO

Contribuição da USAID para os objetivos de conservação da biodiversidade

A Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) faz parte da cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil nos últimos 50 anos. Em 2014, saindo do seu modelo tradicional de assistência, a USAID/Brasil tornou-se a primeira Missão de Parceria Estratégica e tem apoiado o governo brasileiro na tarefa de conservar a mega biodiversidade da Amazônia dentro do quadro de um acordo bilateral.

A cooperação entre Brasil e Estados Unidos na PCAB foi ampliada até 2024 com um total de repasses de US\$ 80 milhões, dado o sucesso de nossa eficaz e crescente parceria.

Com recursos orçamentários aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos para uso em conservação de biodiversidade, a PCAB apoia programas capazes de gerar modelos inovadores, capazes de criar impactos transformados e positivos sobre a biodiversidade, com o uso de melhores práticas. Além de poderem ganhar escala ou serem replicados em outras partes do continente e até globalmente.

A Campeã da Floresta Maria Margarida da Silva, ganhadora do prestigiado prêmio Wangari Maathai, é uma das que contam nossas histórias de sucesso de 2018. Ela nos leva de canoa até sua casa no Pará, onde, em suas palavras “os rios são nossas ruas”. Tivemos a chance de testemunhar como a extração de madeira seletiva liderada pelas comunidades na Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre está sendo feita. A cadeia de valor da madeira legal já é uma realidade para seis comunidades e famílias e elevou a exploração sustentável e seletiva de madeira a um novo patamar. Pela primeira vez, o manejo florestal criterioso e em pequena escala mostra seu potencial para acabar com a ação de madeireiros ilegais em uma Unidade de Conservação.

Como resultado, comunitários que dependem da conservação da Resex para sua sobrevivência e funcionam como protetores do território e da floresta tiveram aumento de rendimentos. O novo modelo de manejo florestal familiar e comunitário promove mais igualdade e melhor distribuição de renda.

Na Ilha de Marajó, onde o rio Amazonas chega ao Oceano Atlântico, a Resex Marinha de Soure protege mangues cujas árvores chegam a 40 metros de altura. Lá, um projeto piloto de Plano de Manejo adaptado a partir de uma metodologia do Serviço de Parques dos Estados Unidos foi recebido com entusiasmo pelas comunidades locais.

Já em Anavilhanas, um dos maiores arquipélagos de água doce do mundo, interpretação ambiental é hoje uma expressão usada com frequência entre os pilotos e proprietários de barcos que trabalham como guias para turistas e oferecem a eles uma amostra de sua convivência diária com as enormes mudanças de nível do Rio Negro nas cheias e nas vazantes.

Especialistas americanos e brasileiros engajados ativamente no projeto discutem os benefícios trazidos pela troca de conhecimento e a melhoria mútua de processos e metodologias.

Uma empreendedora, cujo pequeno negócio está sendo encubado pela Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), nos descreve as oportunidades que se abriram para sua empresa ao passar a participar da parceria.

Também acompanhamos a jornada de um grupo de analistas ambientais do ICMBio que adaptaram uma metodologia do Serviço Florestal dos Estados Unidos para mensurar as contribuições econômicas do turismo nas Unidades de Conservação federais. Parques e Reservas estão melhor preparados para receber turistas interessados em conhecer suas belezas naturais e ultrapassaram objetivos bastante ambiciosos relacionados a uso público e visitação, ajudando a conectar pessoas com a natureza.

Esperamos que através dessas viagens a campo possamos ilustrar melhor a riqueza do trabalho desenvolvido pela vasta rede de parceiros da PCAB. A colaboração dos parceiros tem alcançado resultados significativos em áreas estratégicas como governança florestal, manejo sustentável de florestas, implementação e consolidação de áreas protegidas, além de expansão de cadeias de valor sustentáveis e parcerias com o setor privado.



As 100 famílias que vivem na Praia do Pesqueiro estão aos poucos acrescentando turismo de base comunitária. à pesca para complementar renda.

Entre as atuais prioridades, 2018 foi o ano que marcou um novo foco em inovação e engajamento com o setor privado para atividades socioeconômicas sustentáveis com resultados muito positivos. E passou a ser uma área central para a Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia.

Cerca de 50% da Amazônia brasileira tem algum status de área de conservação. A maioria destas áreas tem populações dentro delas ou no seu entorno que dependem da floresta e de seus recursos naturais para seu sustento, propiciando o uso sustentável, manejo e produção. O Código Florestal prevê a manutenção de áreas de conservação em propriedades rurais privadas, mas apesar da robusta legislação, o desmatamento ainda causa preocupação e atividades ilegais, sem sustentabilidade prosperam. A conservação de florestas e a recuperação de áreas degradadas requer alternativas viáveis e sustentáveis, que dependam de seus recursos e que possam competir e superar práticas ilegais e não sustentáveis. Fatores econômicos devem ser levados em conta e o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis em parceria entre comunidades locais e setor privado são um aspecto chave neste processo.

Muitas empresas dependem de recursos humanos e naturais provenientes da Amazônia e entre elas há um crescente reconhecimento de que seu futuro está diretamente ligado à sustentabilidade da região em termos de floresta, de água e de recursos naturais, assim como em termos de capital humano. O empreendedorismo – refletido no crescimento de start-ups, pequenas e médias empresas – é um requisito

para o desenvolvimento de sistemas econômicos saudáveis e inclusivos. A USAID/Brasil, juntamente com os parceiros que integram a PCAB, apoia novos modelos econômicos resultantes desta demanda, onde a conservação da floresta Amazônica e sua biodiversidade são críticas para as cadeias de fornecimento do setor privado, capital humano e oportunidades de inovação

Através da **Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)**, a USAID/Brasil tem agido como catalisadora para empresas dispostas a unir forças e liderar a implementação de alternativas de modelos desenvolvimento sustentáveis na Amazônia Legal – que representa 61% do território brasileiro, mas contribui apenas com 8.2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro¹, Oito dos nove estados que integram a Amazônia Legal estão entre os que mais cresceram economicamente e em termos populacionais neste século².

No início, a PPA cresceu principalmente entre empresas no estado do Amazonas, atraindo mais de 20 membros em seu primeiro ano, tendo à frente 13 companhias promovendo o desenvolvimento de start-ups alinhadas à conservação. E continua a crescer rapidamente com a entrada de empresas sediadas no Pará.

A Estratégia de Engajamento do Setor Privado da USAID/Brasil inclui o aprendizado a partir de modelos replicáveis e que possam ganhar escala através de Parcerias Público-Privadas (PPPs), que estão sendo disseminadas via PPA. Empresas como Coca-Cola, Ambev, Natura e Google Earth Outreach estão entre os negócios que foram engajados nestas PPPs.

1 <https://bit.ly/2TE6jum>

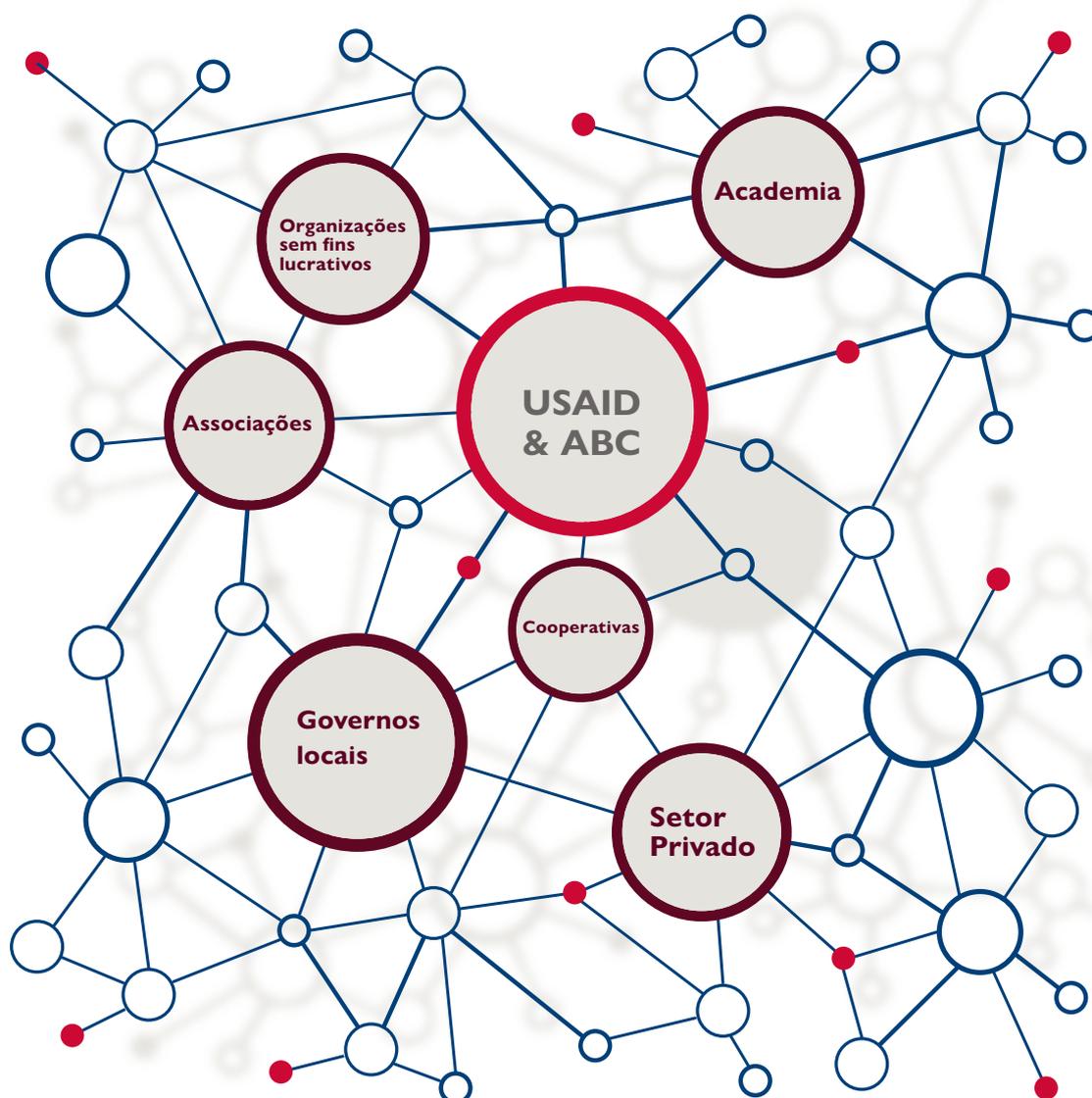
2 <https://bit.ly/2VC8X4I>

ESTRUTURA DA PCAB

Nossa complexa rede de parceiros opera em alinhamento total com as políticas da USAID. Apoiando a auto-suficiência do Brasil e soluções sustentáveis para a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira. Sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), é implementada pela USAID/Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Entre os Parceiros Implementadores estão também organizações da sociedade civil que lideram iniciativas de conservação e o Serviço Florestal dos Estados

Unidos – que contribui com assistência técnica – e tem o suporte do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos e de renomadas instituições acadêmicas como Colorado State University, University of Montana e West Virginia University. A PCAB também conta com o setor privado, que lidera nas áreas de inovação e tecnologia.

Várias áreas prioritárias foram identificadas pelo governo brasileiro através de consultas a comunidades locais, sociedade civil e setor privado. As atividades da PCAB estão alinhadas também com o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). (Veja quem são os parceiros na página **67**).



“ O Brasil tem envidado grandes esforços para ampliar sua capacidade na conservação de recursos biológicos, especialmente na Amazônia. A parceria de cooperação técnica internacional celebrada com a USAID, coordenada pela ABC, representa apoio de elevada qualidade para o alcance desse objetivo.”

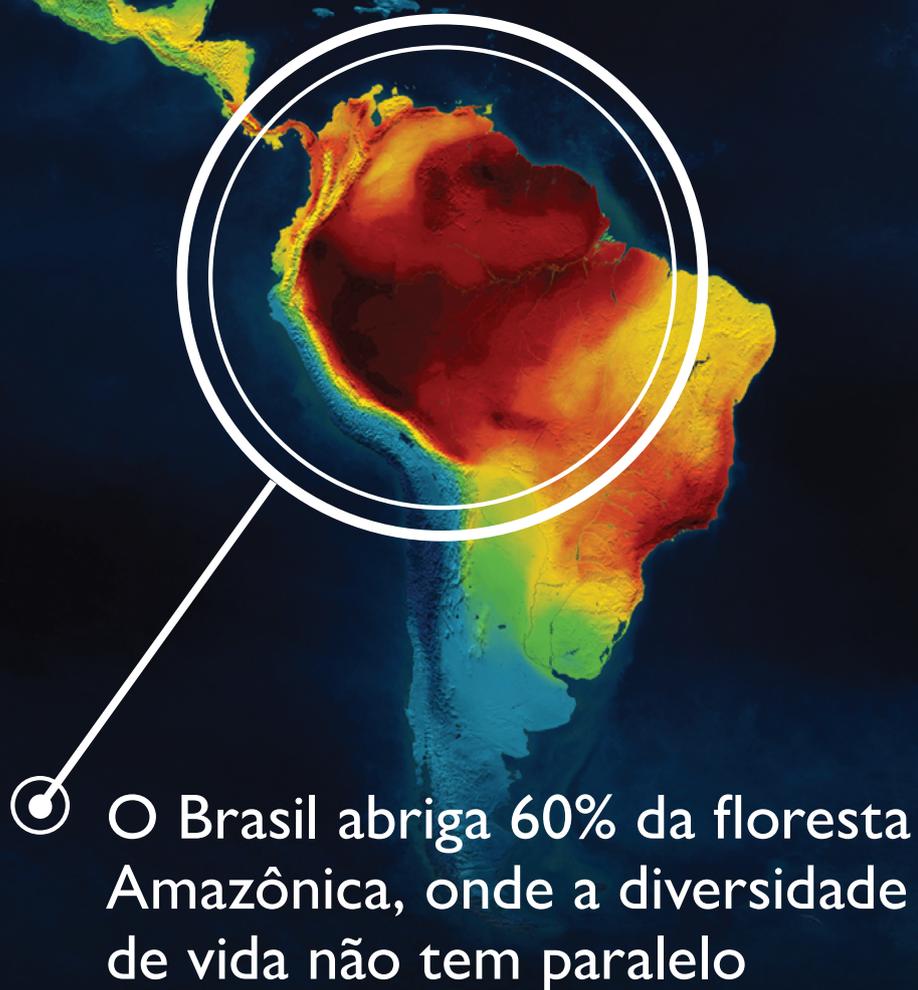
Embaixador Ruy Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

”

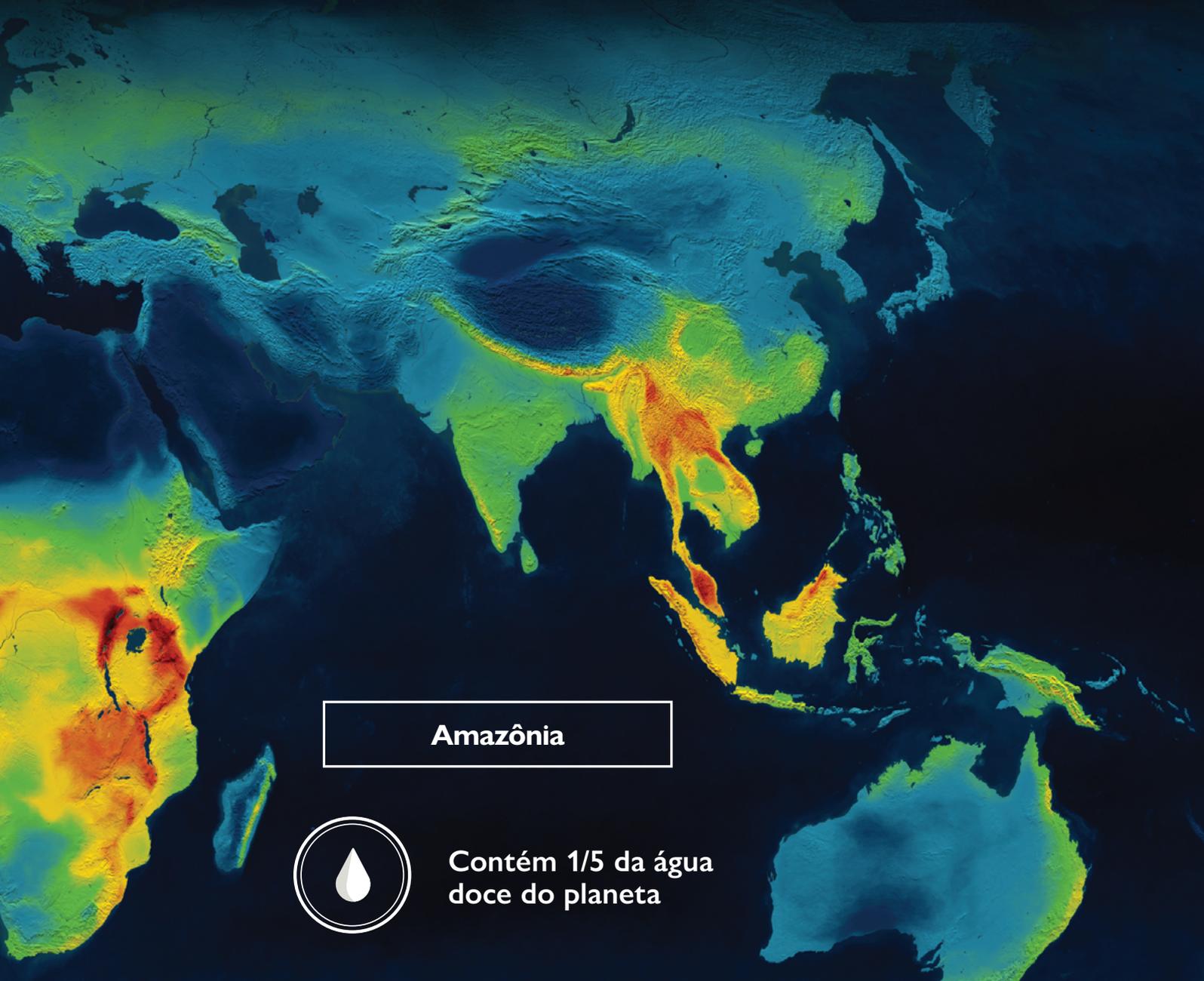


Caranguejeiro da Reserva Extrativista Marinha de Soure

BIODIVERSIDADE NA TERRA



Níveis de biodiversidade



Amazônia



Contém 1/5 da água doce do planeta



É habitat de 20% de todas as espécies do mundo



Libera 20 bi de toneladas de água/dia na atmosfera através da transpiração das árvores

VISÃO GERAL

Construindo bases para geração de impactos da PCAB

A PCAB visa garantir a integridade e conservação de ecossistemas da Amazônia brasileira nos próximos 20 anos. E, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida de comunidades amazônicas. Seus quatro objetivos principais são:



Consolidação de Áreas Protegidas: Consolidação das áreas protegidas incluindo Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas cumprindo suas funções de gestão, implementação, monitoramento e conservação;



Cadeias de Valor Sustentáveis e Atividades Econômicas: Expansão de cadeias de valor baseadas em produtos florestais e de negócios que sustentem a conservação da biodiversidade e reduzam os fatores de desmatamento;



Engajamento do Setor Privado (PSE): Ampliar o engajamento direto de lideranças do setor privado e consórcios para aumentar investimentos junto a comunidades locais, fomentando conjuntamente uma economia de bases sustentáveis na Amazônia;



Inovação, Ciência e Tecnologia: Avanço no uso de tecnologias transversais, inovações, e processos de tomada de decisão com base em ciência em todas as atividades da PCAB;

Objetivos da PCAB para 2024

20 milhões de hectares em ecossistemas terrestres e aquáticos com fortalecimento de gestão e/ou melhoria comprovadas nas condições biofísicas;

50 milhões de hectares em ecossistemas terrestres ou aquáticos com gestão fortalecida;

10% de aumento na melhoria de condições de vida de comunidades-alvo;

Teoria da Mudança simplificada

A Teoria da Mudança da PCAB foi desenvolvida e aprimorada com o envolvimento ativo e a contribuição de seus parceiros. Para atingir seus objetivos, a parceria se concentra no fortalecimento de instituições públicas e privadas envolvidas no gerenciamento de áreas protegidas; em energizar o envolvimento e a governança da comunidade com e sobre essas áreas; em expandir o valor econômico das florestas e biodiversidade gerenciadas de forma sustentável para as comunidades locais; e conectar o público com as atrações de beleza natural dentro dos Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas.

A promoção do desenvolvimento sustentável inibe atividades ilegais frequentemente vinculadas a redes criminosas transnacionais, contribuindo assim para a segurança regional. Isso inclui desmatamento e mineração ilegais, tráfico de animais silvestres e drogas.

Um aspecto importante desta parceria são seus componentes robustos de monitoramento, avaliação e aprendizado. A PCAB padronizou indicadores de monitoramento e geração de relatórios que os parceiros relatam anualmente, garantindo assim bons processos de avaliação do progresso, responsabilidade e gerenciamento de desempenho. Em 2018, a PCAB ofereceu programas de capacitação a 16 parceiros implementadores para melhorar suas ações de coleta de dados, análises e relatórios, bem como o uso de indicadores na implementação dos projetos. Além disso, metodologias de avaliação e aprendizado de longo prazo estão sendo projetadas e implementadas em todo o portfólio para capturar impactos ao longo do tempo, bem como analisar como esses impactos estão sendo alcançados.

ESTRUTURA DE RESULTADOS PARA PCAB

Propósito: Garantir a integridade e a conservação do ecossistema da Amazônia brasileira nos próximos 20 anos, com o objetivo de desenvolvimento para melhorar o bem-estar e o status socioeconômico das comunidades rurais com base em atividades econômicas sustentáveis na Amazônia.



Resultados Transversais:

O uso de tecnologia, inovação e tomada de decisões com base na ciência em terras e gestão de áreas protegidas, uso público e atividades econômicas sustentáveis é ampliado

Resultado Intermediário 1

Áreas Protegidas totalmente consolidadas, cumprindo seus papéis de gestão, implementação, monitoramento e conservação.



Resultado Intermediário 2

Cadeias de valor e negócios sustentáveis baseados na floresta e reforçando biodiversidade se expandem.



Resultado Intermediário 13

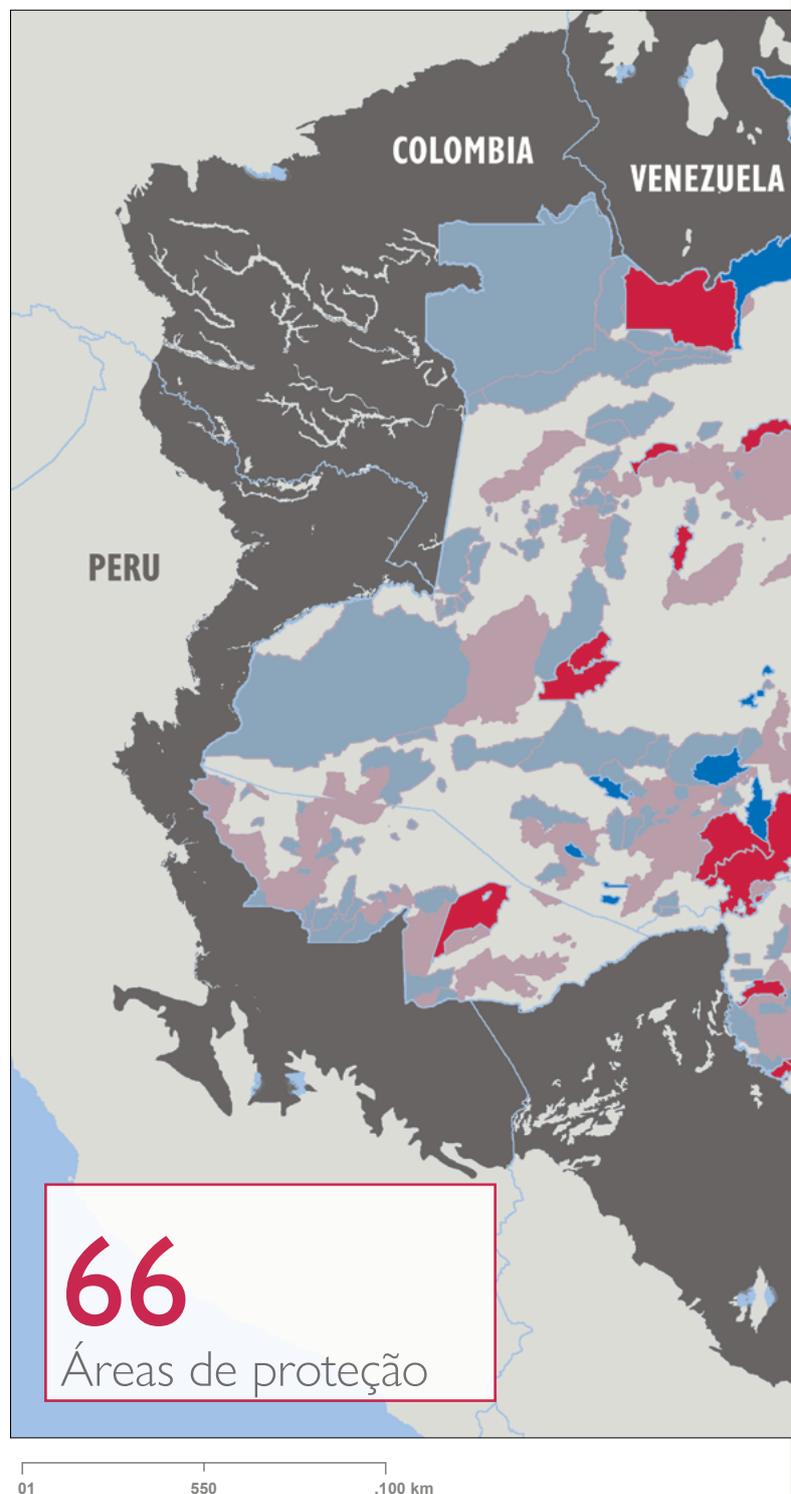
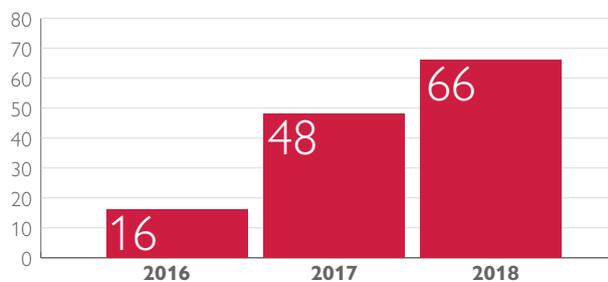
Engajamento do setor privado, que fomenta e investe em economia com bases sustentáveis na Amazônia se fortalece.



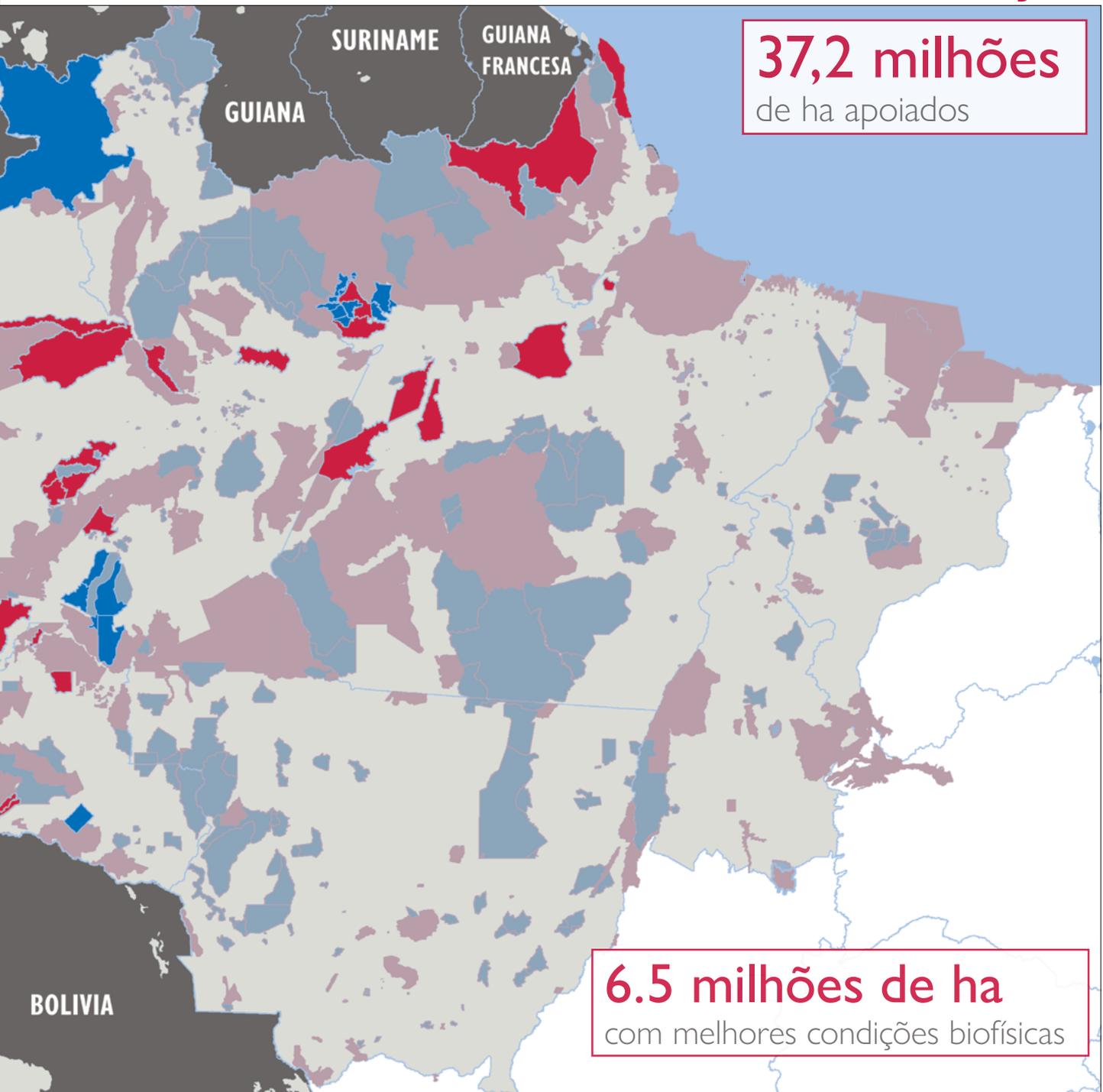
Portfólio de Conservação 2018

- Programa da USAID em Unidades de Conservação
- Programa da USAID em Terras Indígenas e Territórios Quilombolas
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas e Territórios Quilombolas
- Ecorregião Amazônica
- Amazônia Brasileira

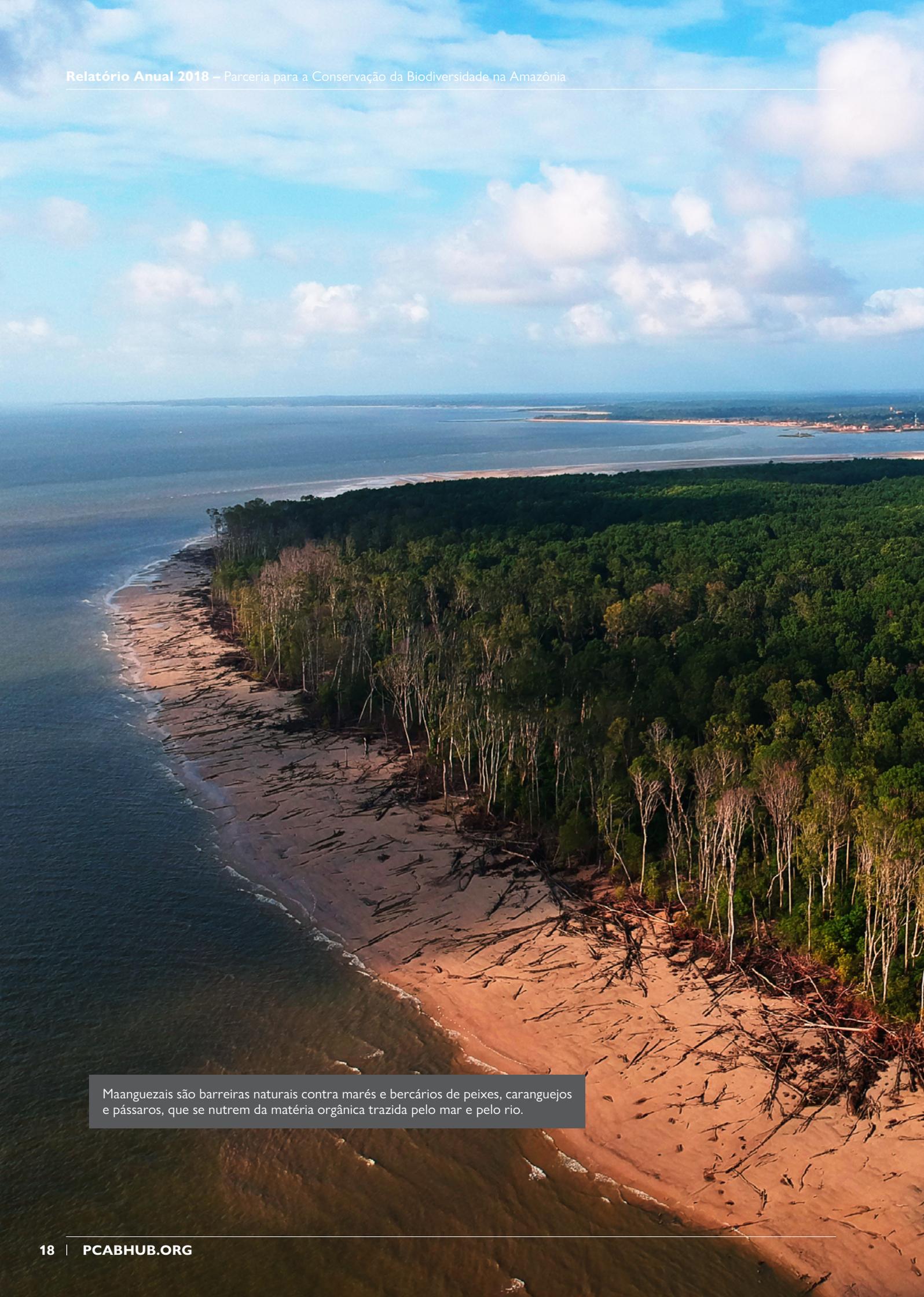
Quantidade de Áreas Protegidas apoiadas pela PCAB



ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM)

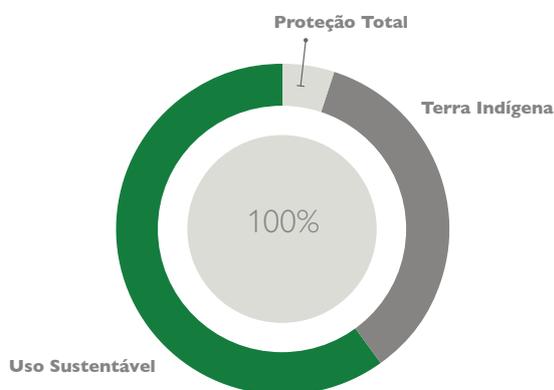


Maanguezais são barreiras naturais contra marés e bercários de peixes, caranguejos e pássaros, que se nutrem da matéria orgânica trazida pelo mar e pelo rio.



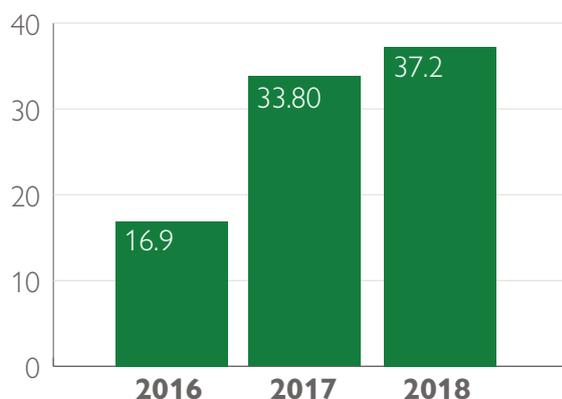
FORTALECENDO A CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

66 Áreas Protegidas fortalecidas

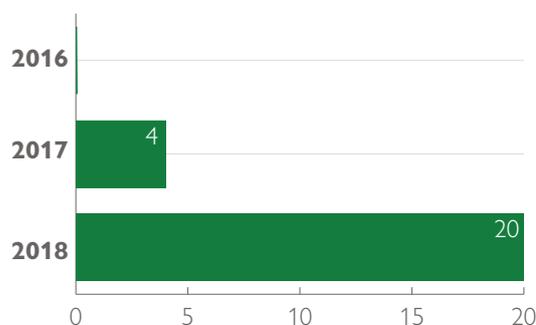


O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é dividido em duas categorias: Proteção Integral (Parques Nacionais, Monumentos Naturais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Refúgios de Vida Silvestre) e Uso Sustentável (Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Reservas Extrativistas e Reservas Particulares de Patrimônio Nacional).

Hectares (em milhões) fortalecidos pela PCAB



Leis, políticas e/ou regulamentações apoiadas pela PCAB que reforçam a conservação (sob análise, adotadas ou implementadas)



“Metodologias desenvolvidas nos Estados Unidos foram adaptadas pelo ICMBio para aperfeiçoar e promover a consolidação de proteção ambiental e social em áreas protegidas na Amazônia e adotadas nacionalmente em Unidades de Conservação federais”

O Brasil criou 75% de todas as áreas de proteção do mundo entre 2003 e 2010. Porém, a implementação efetiva destas áreas continua a ser um desafio. Quase a metade delas (49%) estão na Amazônia e o conhecimento sobre sua megabiodiversidade ainda é exíguo³. A maior compreensão de seus recursos através de pesquisa e monitoramento pode aumentar a consciência sobre o papel vital que elas têm em fornecer serviços ecossistêmicos para a sociedade e sua importância para conservação. Como exemplo, cerca de 80% da energia hidroelétrica produzida no país vem de rios cujas nascentes estão dentro de Unidades de Conservação. A economia brasileira depende das bacias amazônicas.

O Programa de Cooperação Técnica, assinado entre o Brasil e os Estados Unidos em 2018, expandindo o orçamento e a duração da PCAB afirma; “Reconhecendo a existência de diferentes modelos e experiências conduzidos por países parceiros, o governo brasileiro identificou que o manejo de áreas protegidas nos Estados Unidos tem tido sucesso por mais de 200 anos. Os Estados Unidos têm um dos sistemas de conservação nacional mais consolidados, produzindo benefícios econômicos e sociais para seu povo, enquanto conserva a biodiversidade de florestas e ecossistemas. Essa especialização pode trazer grandes benefícios ao governo brasileiro, permitindo a otimização de esforços e recursos nacionais, já que os desafios enfrentados pelo país são semelhantes aos encontrados pelos Estados Unidos durante o longo período de desenvolvimento de seu sistema”.

Durante o ano, a PCAB trabalhou para estimular a adoção ou implementação de 20 leis, políticas ou regulamentações que facilitam a conservação e que vão de regras locais para compras públicas de produtos de comunidades e pequenos produtores, até a concessão de royalties e de compensação ambiental. E do apoio à institucionalização de protocolos de monitoramento da biodiversidade a políticas de uso público e de planos de manejo.

Metodologias desenvolvidas nos Estados Unidos foram adaptadas pelo ICMBio para aperfeiçoar e promover a consolidação da proteção ambiental e social em áreas protegidas na Amazônia e adotadas nacionalmente em Unidades de Conservação federais.

Adaptação do Documento “Foundation”

Em 2016, o Serviço Florestal dos Estados Unidos, junto com a Colorado State University e o Serviço de Parques dos Estados Unidos promoveu um seminário da PCAB para funcionários do ICMBio. Várias metodologias de Planejamento foram apresentadas, incluindo o Documento Foundation - uma ferramenta usada nos Estados Unidos para planejar e gerenciar decisões do Sistema Nacional de Parques, descrevendo objetivos, importância, recursos e valores fundamentais de cada Parque.

3 Lacunas de conservação da biodiversidade nas áreas protegidas brasileiras (Ubirajara Oliveira e outras), Nature Magazine, agosto de 2017. <https://www.nature.com/articles/s41598-017-08707-2>

“Em dezembro de 2017: o Ministério do Meio Ambiente oficializou a adoção da nova metodologia de planejamento de Planos de Manejo, que já foi aplicada em 10 Unidades de Conservação.”

Os brasileiros viram a abordagem como uma solução potencial para um problema que o ICMBio vinha discutindo por mais de uma década. “Não sabíamos, mas o Foundation era exatamente o que vínhamos buscando”, explica Erica Coutinho, Coordenadora substituta de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo do órgão.

Após pilotos bem-sucedidos em quatro Unidades de Conservação, o ICMBio oficializou a metodologia em 2018, depois de ajustá-la à realidade brasileira. Com o objetivo de simplificar e agilizar a confecção de planos de manejo para Unidades de Conservação a metodologia é agora padrão para a criação de novos planos e para revisão de planos de manejo existentes nas Unidades de Conservação federais.

Criado para gerenciar e monitorar as Unidades de Conservação federais, o ICMBio tinha uma metodologia extensa e complexa para a criação de planos de manejo, que incluía coleta primária de dados e uma grande revisão de literatura. O resultado eram documentos robustos cobrindo todos os aspectos relativos à Unidade de Conservação, necessários ou não.

No caso das UCs de uso sustentável, reuniões participativas com uma grande quantidade de atores interessados eram mandatórias.

A confecção de uma grande quantidade de planos na antiga metodologia era longa e normalmente entregue a consultores externos, sem envolvimento dos técnicos do ICMBio. Cada plano podia levar entre três e cinco anos para ficar pronto e custar até R\$ 250 mil.

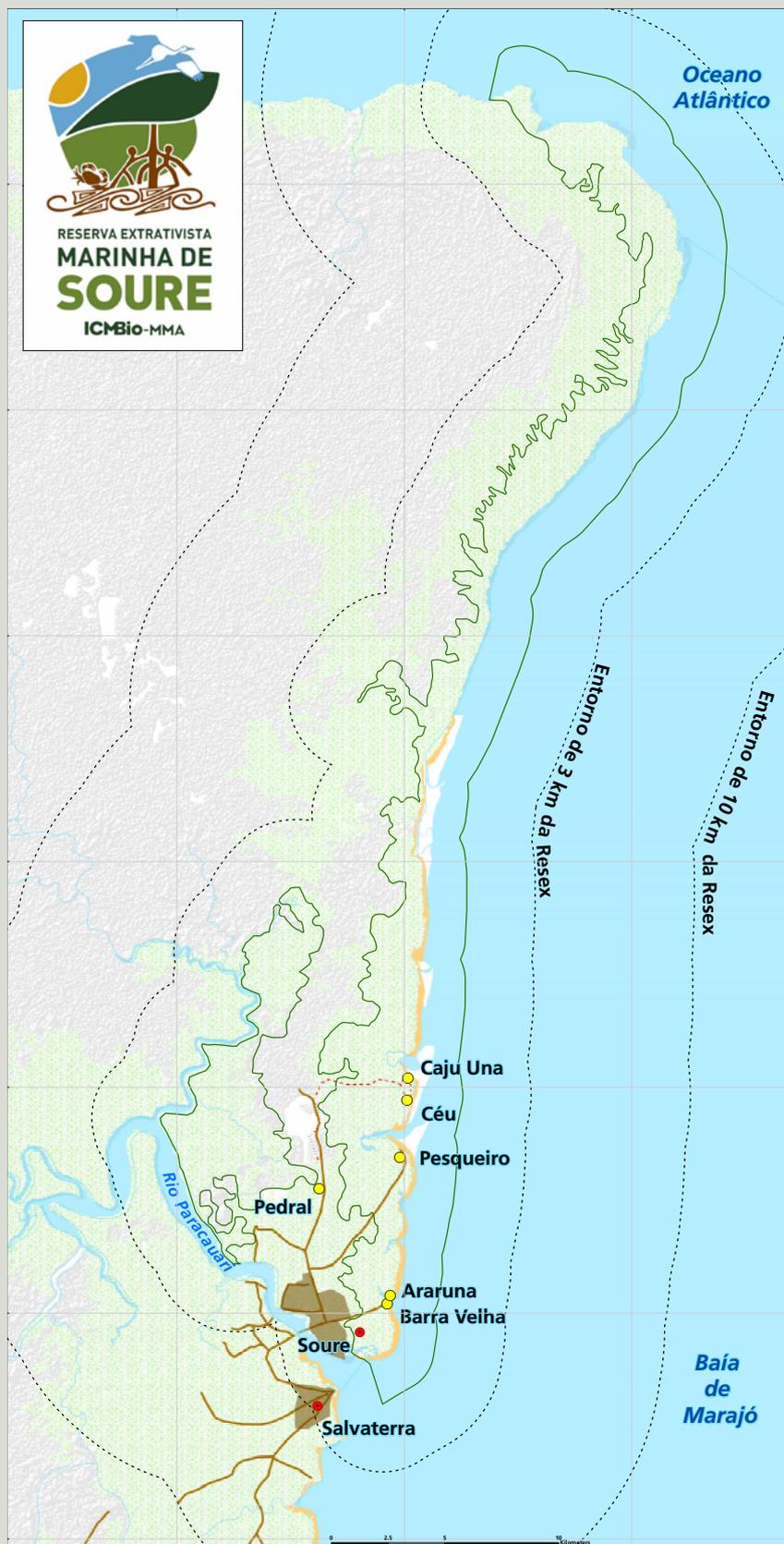
A demora no desenvolvimento dos planos de manejo aumentava a pressão sobre a equipe de Coutinho, devido à obrigação legal de revisar os planos de manejo existentes a cada cinco anos para aprovação.

Em dezembro de 2017 o Ministério do Meio Ambiente oficializou a nova metodologia, que já foi aplicada em 10 UCs.

O prazo de confecção dos planos de manejo é agora significativamente inferior e demora de um ano e meio a dois anos. Já o custo caiu para um quinto do total anterior. O novo processo também reduziu a pressão sobre a equipe responsável. Os novos planos de manejo tornaram-se documentos de trabalho e estabelecem linhas claras entre a necessidade de pesquisa primária e a disponibilidade de recursos. Ao invés de serem automaticamente substituídos à medida em que envelhecem, os planos agora são vistos como ferramentas que indicam prioridades e utilizam informações que são relevantes para as necessidades dos próprios planos, em tempo real.

Planos de Manejo anteriores	Nova Abordagem	Ganhos
Encarte de diagnóstico com extensa descrição sobre a UC e sem conexão clara com o Encarte de Planejamento.	Breve descrição da UC com foco na análise de seus Recursos e Valores Fundamentais.	Informações essenciais no documento, direcionamento claro da gestão da UC para atenção de seus objetivos de criação.
Programas de Manejo detalhados.	Relação da necessidade de dados e planejamento para aquela UC, com priorização de detalhamento a ser executado de acordo com a capacidade de gestão da equipe e recursos disponíveis.	Documentos mais estratégicos, mais dinâmicos, atualizados e realistas.
Uso de métodos diversos com diferentes focos de planejamento.	Método padronizado, com foco na conservação dos Recursos e Valores Fundamentais da UC.	Melhor comunicação sobre a importância da UC e mais clareza sobre os seus objetivos de conservação e como alcançá-los.
Planejamento centralizado na Coordenação de Manejo (COMAN).	COMAN realiza análise sistêmica da UC, define elementos fundamentais e prioridades a serem detalhadas pelas coordenações técnicas de pertinência dentro do ICMBio.	Documentos mais integrados com diretrizes e prioridades institucionais.
Mapas estáticos e de rápida defasagem, além da necessidade de conhecimento de ferramentas complexas para elaboração.	SIGEO - Informações geográficas disponíveis online, em plataforma de WEBSIG de fácil utilização.	Uso das informações geográficas de forma dinâmica, com possibilidade de atualização contínua pelo ICMBio e sociedade em geral.

Fonte: COMAN/ICMBio



Impacto no campo - Reserva Marinha Extrativista de Soure

Marajó é a maior ilha fluvial do mundo e está no delta do rio Amazonas. Seu nome significa barreira na língua Tupi. O norte e nordeste da ilha paraense, banhados pelo Oceano Atlântico, têm praias de areia branca sombreadas pelos manguezais mais altos e mais ricos da costa brasileira, graças aos sedimentos trazidos pelo maior rio do mundo, em volume. Os manguezais servem como proteção contra a maré alta, que altera dramaticamente a paisagem e pode chegar a seis metros.

Na primeira metade do ano, a água do mar é doce e escura graças a cheias provocadas pela estação chuvosa. Nesta época, o rio avança mar adentro, reduzindo ainda mais a salinidade das praias. A partir de julho, início da estação seca, a água do mar fica salobra e peixes marinhos voltam à costa, substituindo os de água doce, que retornam aos vários braços do estuário. Perto do final do ano, aves migratórias chegam a Marajó para passar o verão nos trópicos.

Criada em 2001, Soure foi a primeira Resex a desenvolver o plano de manejo dentro da nova metodologia baseada no Foundation.



Com árvores de até 40 metros de altura, os manguezais da ilha de Marajó são preservados pela primeira Resex Marinha do país.

Pela sua localização no delta do Amazonas, a Resex tem espécies marinhas e de água doce, caso do esquivo e ameaçado peixe-boi. No ano passado, uma fêmea com características das espécies marinha e fluvial foi encontrada na ilha. A tartaruga gigante - rara e também vulnerável – desova em Soure, assim como cinco outras espécies de tartarugas.

Álvaro Leal, mais conhecido como Catita, é pescador da Praia de Pesqueiro e trabalha como voluntário monitorando espécies ameaçadas. “O peixe boi escuta muito bem e percebe a gente de longe. Só vemos quando ele sobe para respirar. Eu escrevo onde vi e qual espécie cada vez que avisto um,” explica.

Outra característica única da Resex de Soure é que os caranguejeiros que fizeram campanha para sua criação não vivem dentro da Reserva.

Suas casas estão espalhadas em nove bairros da cidade de Soure. O mesmo acontece com os artesãos que trabalham com cerâmica marajoara, feita com barro e resinas coletadas nos mangues. Apenas seis comunidades de pescadores vivem total ou parcialmente

dentro da Resex, incluindo camaroeiros e catadores de turu (molusco popular na ilha, que vive em troncos de madeira). No total, há 1,3 mil famílias extrativistas em Soure. Para obter o registro, é preciso provar a residência na cidade por, no mínimo, três anos.

Além de proteger a costa das grandes marés e de servir como berçário para espécies aquáticas, os mangues são importantes por sua capacidade de estocar e sequestrar carbono. Estudos recentes mostram que os estoques de carbono de mangues são superiores aos das florestas tropicais.

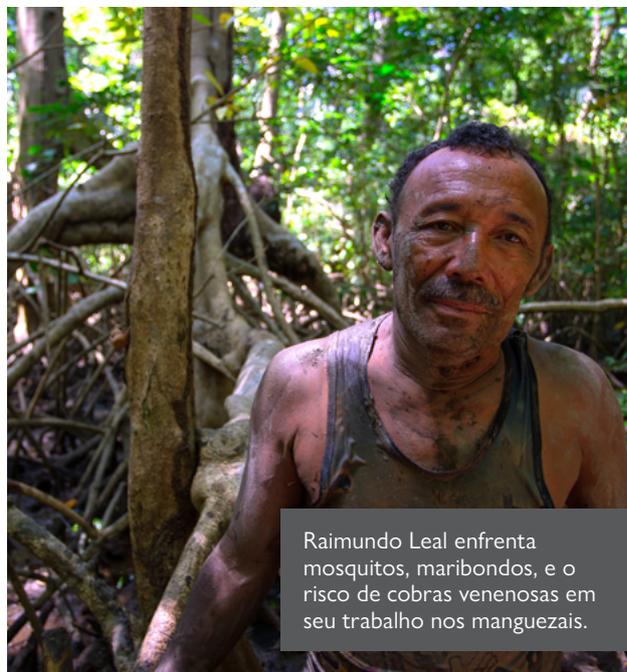
Na década de 90, caranguejeiros de Marajó fundaram uma associação e começaram a protestar contra a invasão de caranguejeiros do continente, que usavam armadilhas, ao invés dos tradicionais métodos artesanais. Além da redução na população de crustáceos, o aumento da pesca comercial na ilha ajudou extrativistas locais a atrair o apoio de universidades e do braço técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), então responsável pela conservação da sociobiodiversidade – e que viria a ser o ICMBio.



“Houve uma invasão enorme de gente vindo do outro lado da Baía de Marajó”, lembra o caranguejeiro Raimundo Leal, chefe de uma família de caranguejeiros e ex-Teroureiro da Associação de Caranguejeiros de Soure. “A gente procura um buraco de caranguejo, enterra um pau para encontrar ele lá dentro e trás prá cima com as nossas mãos”. Usando esta técnica, um caranguejeiro experiente pode pegar de 50 a 70 caranguejos por dia. “Os invasores vinham, colocavam um monte de armadilhas perto dos buracos e ficavam acampados o resto do dia. Quando o caranguejo tentava sair do buraco, ficava preso no laço e normalmente machucado. Com laços ou redes, os caranguejeiros de fora levavam mais de mil caranguejos por dia”, conta Leal. Este tipo de armadilha é proibido no Brasil e não diferencia caranguejos jovens e fêmeas.

Caranguejeiros de Soure não pegam fêmeas e têm uma regra criada por eles (que agora faz parte do plano de manejo) para liberar os que têm menos de sete centímetros. Conseguem preços melhores por causa da qualidade e do tamanho de seus caranguejos, ao mesmo tempo que dão aos pequenos animais a chance de crescerem.

A partir da criação da Resex, os próprios caranguejeiros passaram a monitorar os mangues. Invasores ainda frequentam a parte norte da reserva, onde o acesso é difícil por terra. Apesar disso, caranguejeiros e moradores da Resex notaram a recuperação da população de caranguejos, que migram para as praias



Raimundo Leal enfrenta mosquitos, maribondos, e o risco de cobras venenosas em seu trabalho nos manguezais.

na época da reprodução. “Dividimos os mangais em quatro áreas. Temos duas de uso mais intensivo, uma que é menos intensiva e uma que não vamos no norte, que é para total preservação”, explica Presidente da Associação de Caranguejeiros.

O Plano de Manejo de 60 páginas foi produto de uma oficina de uma semana, realizada em Soure em 2016. E reuniu representantes do Conselho Deliberativo de Soure formado por comunidades extrativistas, especialistas e membros dos governos municipal e estadual, além de fazendeiros que têm áreas sobrepostas à Resex. A mediação foi de servidores do ICMBio e do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos.

As regras que governam as diferentes atividades extrativistas foram incluídas em um Acordo de Manejo negociado no ano anterior durante 14 oficinas setoriais por onde passaram mais de 700 participantes dentro do Projeto Manguezais do Brasil.

As regras acordadas detalham do tamanho das malhas das redes usadas por pescadores, ao tamanho mínimo dos caranguejos coletados, além das normas a serem seguidas para atividades de turismo de base

comunitária. Estabelecem também as áreas exclusivas para coleta de caranguejos por moradores locais da Resex, que devem ser evitadas pelos caranguejeiros.

Antes da criação da Resex – que fica numa das áreas de maior biodiversidade marinha da costa brasileira – a pesca descontrolada fez com que algumas espécies desaparecessem da região. O pescador aposentado Altino do Amaral, ex-conselheiro da Resex, chegou a temer pelo fim da vila de pescadores da Praia de Pesqueiro: “No final dos anos 80 era difícil pegar peixe até pra alimentar a família. Muitos foram embora pras cidades e só 25 famílias ficaram”, lembra.

Ele conta que barcos pesqueiros de outras partes do Pará e até os pescadores locais contribuíram para a situação. “A gente voltava com toneladas de peixe, não conseguia vender e terminava enterrando na praia.

Catita lamenta que seus filhos não terão a chance de experimentar alguns dos peixes que ele pescava com regularidade no passado: “As garoupas sumiram e outros que eram muito comuns, agora são raros”.

Os búfalos também entraram no novo Plano de Manejo dentro do componente de turismo. Conhecidos por serem bons nadadores, os búfalos foram introduzidos na ilha no século 19 e hoje Marajó tem o maior rebanho

do país. Eles são permitidos na Resex como animais de trabalho e um deles pode ser visto na praia de Barra Velha (amarrado na guia) e turistas podem montar e tirar fotos. Quando não está na praia, a trabalho, ele puxa a carroça de lixo da Praia de Pesqueiro.

“Claro que eles não podem ser usados para produzir leite e manteiga, como se estivessem numa fazenda. E nem é permitido que pastem nos manguezais”, ressalta Lisângela Cassiano, chefe da Reserva e funcionária do ICMBio. “Mas os búfalos são uma característica conhecida de Soure e os turistas chegam esperando ver e fazer passeios de búfalo”. Até a polícia em Soure usa búfalos em lugar de cavalos. O ICMBio também regula o bem-estar dos animais. O búfalo de Barra Velha, por exemplo, tem uma área de sombra para descanso e precisa ter água fresca disponível.



Na praia de Barra Velha, dentro da Resex Marina de Soure, um búfalo é permitido para passear com turistas. O ICMBio regula o bem-estar: o guia é obrigado a ter um local com sombra e água e garantir horários de descanso.



Reunião do conselho da Reserva Extrativista de Soure

Espalhando o conhecimento e o orgulho de ser sustentável

Durante um dos encontros regulares na sede do ICMBio em Soure, os conselheiros da Resex discutiam em novembro de 2019 os próximos passos para implementação do Plano de Manejo da Reserva, quatro meses após sua publicação. E as idéias eram muitas: Apesar de tão recente, o plano já era uma realidade e os conselheiros vestiam com orgulho uma camiseta com o logotipo da Resex e a frase: Sou conselheiro da Reserva Extrativista Marinha de Soure”. Roberto Vasconcelos Junior, pioneiro em turismo de comunidade de base na Praia do Pesqueiro, queria produzir vídeos curtos e usar a popular rede social WhatsApp para explicar as bases do plano de manejo.

Já Paulo Cesar Torres, presidente da Associação de Caranguejeiros, buscava financiamento para fazer um banner que seria exibido em reuniões dos associados. E explicava que a representação gráfica das regras ajudaria a fixar as regras para os caranguejeiros com mais facilidade.

Como têm pouca escolaridade, a ajuda visual ajudaria a avivar o conhecimento das normas e a educar os mais jovens. “O nosso Plano de Manejo acaba de ser publicado”, conta Lisângela Cassiano, “mas já é realidade por algum tempo. É resultado do acordo entre essas pessoas e elas querem reconhecimento. Querem compartilhar o fato de serem as pessoas responsáveis por ele com todo mundo no município”. A estratégia adotada pelo conselho é dar o máximo de publicidade ao plano e garantir que todos, não somente os diretamente envolvidos nas atividades de extrativismo, cumpram suas regras. “Eles querem levar o plano para a Assembleia Municipal, para as igrejas, para a Associação Comercial, para todos os que tenham alguma ligação com ele”, diz Cassiano. Ela frisa que a Declaração de Significância do plano mostra o quão especial ele é para os que o criaram.

Ampliando monitoramento de visitantes e aperfeiçoando a experiência de visitantes

A atual chefe da Reserva Extrativista Marinha de Soure aproveitou o fato de ter voluntários trabalhando em 2017 e iniciou a contagem de visitantes, monitorando por 10 dias em julho a chegada de banhistas nas praias de Pesqueiro e Barra Velha, consideradas as maiores atrações da Resex.

Julho é alta estação na ilha e é quando ocorre dois de seus maiores eventos: concursos de beleza nas praias mais populares da Resex.

No primeiro, eles contabilizaram 8 mil pessoas na praia – a maioria moradores locais.

Lisângela Cassiano notou que, apesar da multidão, não havia latas de lixo ou coleta organizada. Ela conversou com o prefeito, que agiu de imediato, distribuindo latas de lixo e disponibilizando pessoal para segurança e controle de tráfego no segundo concurso, na semana seguinte.

“Tenho certeza que ter provas simples e confiáveis nas quais basear os meus argumentos, ajudou,” afirma Cassiano. “Para mim é um evento muito especial, já que fui criada aqui e ia aos concursos de miss com minha família desde criança.”

Em julho, de acordo com os dados coletados, Soure atraiu cerca de 100 mil visitantes. Com alguma sobra no orçamento, ela decidiu prosseguir com o monitoramento e constatou a visita de 15 mil pessoas em agosto e de 17 mil em setembro.

Estimativas anteriores da polícia local sugeriam a visita de 150 mil turistas ao ano. “Um mês movimentado ficou próximo das estimativas para o ano todo,” comemora. Soure agora fica entre as 10 Unidades de Conservação mais visitadas do país, com 280.251 visitantes em 2018.

E é a única UC da Amazônia entre as 10 mais visitadas, possivelmente porque agora produz números mais precisos.

Cassiano também recebeu um feedback positivo da implementação do Plano de Manejo relacionado à organização e aos acordos com os quiosques de praia que vendem comida e bebidas. Ela acredita que uma placa na entrada de uma das praias convidando usuários a ajudar na preservação, foi suficiente para reduzir o número de multas em comparação com o ano anterior.

“Pessoas vindas da cidade de Soure que visitam as praias da Resex me dizem que aqui elas são muito mais limpas e organizadas. É ótimo ouvir isso.”



Placa na entrada da praia de Barra Velha pedindo que visitantes ajudem a preservar, ajudou a reduzir número de multas por crimes ambientais.



Thiago Beraldo (esq.)
recebe o Prêmio
Nacional de Turismo

TURISMO COMO AGENTE DE MUDANÇA

Uso público nas Unidades de Conservação significa mudança de atitudes, estímulo ao respeito pela diversidade cultural, melhora nas condições de vida e no faturamento das economias locais.

A Cooperação Brasil-Estados Unidos plantou a semente para publicação que ganhou o segundo lugar no Prêmio Nacional de Turismo, em 2018, na categoria de Monitoramento de Turismo.

Em sua segunda edição, a publicação do ICMBio “Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira”, demonstra o impacto positivo dos gastos de turismo para economias locais.

Construído tomando como base o “Modelo de Efeitos de Gastos de Visitantes e Geração de Renda” do Serviço de Parques dos Estados Unidos, pesquisadores do ICMBio ampliaram a metodologia e estimaram o potencial de impostos gerados nos estados e municípios como consequência de mais de 10 milhões de visitas a 102 das 335 Unidades de Conservação sob a responsabilidade do órgão. Esta foi a primeira publicação a comprovar o valor econômico do uso público.

A contribuição do turismo para economias locais foi calculada apenas para visitantes não-locais, já que a intenção era mensurar o dinheiro gasto em hospedagem, alimentação, compras e outras atividades que não teria sido injetado na economia local, sem a presença das atrações turísticas das Unidades de Conservação.

Em 2017, Parques Nacionais bateram o recorde de 10 milhões de visitantes e o impacto a nível nacional foi calculado em R\$ 8,6 bilhões. O que adicionou R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB), assim como a criação ou manutenção de 79,5 mil empregos. A arrecadação de impostos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) chegou a R\$ 905 milhões.

O estudo, liderado por Thiago Beraldo, Coordenador Substituto para Negócios e Concessões, foi resultado de uma longa jornada, como ele mesmo explica:

“ Em 2009, o Diretor de Manejo nos disse que o ICMBio tinha sido convidado para o Seminário Internacional de Gestão de Áreas Protegidas do Serviço Florestal dos Estados Unidos (ISPAM). O convite exigia proficiência em inglês e eu fui o único candidato. Havia chegado há pouco tempo da Amazônia, onde trabalhei no Parque Nacional de Pacaás Novos, em Rondônia. O parque tem sobreposição de 100% com uma Terra Indígena e eu tinha muito para compartilhar da minha experiência na Amazônia – mais ainda mais para aprender sobre o sistema americano.

Isso foi antes da PCAB. Não havia um programa de cooperação formal e o relacionamento com o Serviço Florestal dos Estados Unidos era bastante limitado. Além disso, com apenas dois anos de existência, nenhum funcionário do ICMBio havia viajado para seminários internacionais. Naquela época, o turismo era visto de uma perspectiva bem diferente no órgão. Havia muito pouco monitoramento de dados, nenhum programa de capacitação ou de recreação ao ar livre e virtualmente nenhuma troca de experiências com outros países. Em 2008, nosso Programa de Turismo tinha um único funcionário, lotado em Brasília. A Unidade de Coordenação foi criada no ano seguinte com cinco integrantes. Hoje, somos mais de 20.

A lógica era a de que só poderíamos permitir visitantes em Unidades de Conservação nas quais os planos de manejo estivessem totalmente implementados. Em várias ocasiões as comunidades locais apoiaram a criação de um parque e perderam o acesso a cachoeiras e outras atrações que elas costumavam frequentar, quando ele foi criado.

Nossa promessa era a de que iríamos adquirir toda a terra, desenhar um plano de manejo, implementar a infra-estrutura e a vigilância necessárias e só aí abrir o parque para visitantes. No entanto, em 2009 tínhamos parques criados há 50 anos que ainda estavam fechados para a entrada de moradores locais.

O seminário foi intenso e mudou completamente o meu entendimento sobre gestão de áreas protegidas. Ao final, nos foi pedido para desenvolver um plano de ação para os próximos cinco anos. Me dei conta que o ICMBio precisaria investir em capacitação e recreação ao ar livre, já que a maior parte dos funcionários eram biólogos e engenheiros florestais. Também decidi retornar aos Estados Unidos para um mestrado.

Voltei ao trabalho com este objetivo e a parceria com o Serviço Florestal americano havia começado e se fortalecia. Decidimos começar pelo básico. Tínhamos um sistema bem pequeno de trilhas e em 2010 Larry Lechman, da Colorado University veio ao Brasil ministrar um curso em gestão de trilhas dentro da parceria. O retorno foi tão bom, que decidimos iniciar um programa de capacitação. Montamos um curso de Planejamento de Uso Público e replicamos os dois cursos no ano seguinte.

“Não tenho dúvidas de que a parceria representada aqui pela PCAB causou a transformação na cultura organizacional no ICMBio e na visão de turismo em áreas protegidas.”
- Thiago Beraldo



A visão predominante naquela época dentro do ICMBio era a de que o visitante era uma espécie exótica que causava impactos. Promover o turismo era visto como um trabalho adicional, que nem sempre valia o esforço.

Tentando mudar esta perspectiva, organizamos um curso de Introdução ao Uso Público explicando conceitos básicos como turismo permissivo, receptivo, como funcionava o roteiro. E começamos a pensar em formação, não apenas em capacitação. Éramos um grupo pequeno, liderado pelo Ernesto Viveiros (que havia sido gestor no Parque Nacional da Serra dos Órgãos), Sonia Kinker (que tinha especialização em Planejamento de Turismo), Benita Rocktaeschel e Ricardo Araújo. Um dos objetivos era capacitar e disseminar conhecimento.

Em 2012, obtive uma licença remunerada para estudar e fui aceito no mestrado em Gerenciamento de Turismo, Recreação e Esportes da Universidade da Flórida. Com uma bolsa do governo brasileiro, meu mestrado tornou-se um doutorado em Ecologia.

Quando retornei em 2016 fui o primeiro servidor do órgão a ter um doutorado voltado para turismo. Isto foi importante internamente para demonstrar que a gestão de turismo também é uma ciência, com literatura dedicada, métodos, ferramentas, como qualquer outro ramo da ciência aplicada à gestão de áreas protegidas.

Agora temos outros três colegas que estão cursando mestrado na área de turismo e dois em doutorado.

Além das 'Contribuições do Turismo em UCs para a Economia Brasileira' desenvolvi e adaptei outra ferramenta, que também

tem sido instrumental para o manejo e advocacia de áreas protegidas. Partindo do

Recreation Opportunity Spectrum (Espectro de Oportunidades de Recreação), desenvolvi uma nova metodologia chamada Índice de Atratividade de Turismo, que calcula o potencial e o perfil dos parques.

Enquanto estive fora, meus colegas continuaram a oferecer oportunidades de capacitação para um grande número de servidores. Acredito que hoje pelo menos 50% do nosso pessoal já tenha feito pelo menos um dos treinamentos oferecidos através da PCAB – e alguns fizeram mais de 10 cursos. Isto foi determinante para as mudanças introduzidas na organização.

Sem a cooperação, não teríamos podido levar a cabo este trabalho de visitação, nem teríamos condições financeiras de trazer técnicos do Serviço Florestal e do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos para nos treinar, ou enviar os nossos para programas de intercâmbio e visitas nos Estados Unidos: Não tenho dúvidas de que a parceria representada pela PCAB causou a transformação na cultura organizacional do ICMBio's e na visão de turismo em áreas protegidas.

Tivemos cerca de 1 milhão de visitantes em 2002. Em 2018, chegamos a 12 milhões nas 119 áreas monitoradas. Na minha forma de ver, o que está acontecendo aqui é semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, em termos de aumento de número de visitantes por hectare nas áreas protegidas. Em 1920, o Serviço Nacional de Parques teve 1 milhão de visitantes. Agora estamos no mesmo nível que os Estados Unidos estavam em 1940, em termos de visitantes. Mas graças à parceria, estamos aprendendo rápido e causando um impacto incrivelmente positivo na conservação, nas condições de vida das populações locais e no acesso à recreação ao ar livre.”

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

“É verdade que cada monumento preservado “fala por si”. Infelizmente, fala em uma linguagem que o visitante mediano não compreende. A beleza e a majestade das forças naturais não precisam de interlocutores. São uma experiência espiritual pessoal. Mas quando a questão é ‘por que?’ ou ‘o que?’ ou ‘como isso aconteceu?’ [intérpretes] precisam ter as respostas. E isto requer pesquisa paciente e o desenvolvimento de um programa que se encaixe a uma enorme gama de necessidades.” – Freeman Tilden/The Fifth Essence

Sob a PCAB, o Serviço Florestal dos Estados Unidos tem trabalhado juntamente com o ICMBio para criar locais demonstrativos de interpretação ambiental. Um deles é o Parque Nacional de Anavilhanas, no estado do Amazonas. Listado pela Unesco como Reserva da Biosfera da Amazônia Central e Patrimônio Natural da Humanidade, o Parque tornou-se Sítio RAMSAR (área úmida de importância global) em 2018.

Uma das áreas protegidas com maior potencial de expansão de turismo na Amazônia, Anavilhanas é o segundo maior arquipélago fluvial do mundo, formado por 400 ilhas. A floresta em torno do rio Negro é alagada durante parte do ano, permitindo a navegação entre árvores enormes. Estes canais, chamados igapós, são considerados as maiores atrações do Parque. Ao longo do ano, o nível do rio varia em até 12 metros. Na estação seca, praias de areia branca contrastam com a água escura e transparente do rio.

As dramáticas mudanças de cenário ditam o ritmo da vida na floresta e influenciam o modo de vida de mais de 50 comunidades às margens do Mosaico do Baixo rio Negro, assim como de Novo Airão – a cidade ligada por uma estrada pavimentada a Manaus, que margeia o rio. A proximidade com a capital do estado de apenas 100 km, também facilita a entrada no parque. No total, o mosaico formado por Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais soma 7,5 milhões de hectares e é maior que países como a Dinamarca.

O Plano de Manejo de Anavilhanas foi revisado há quatro anos, antes da introdução da metodologia criada através da PCAB, “mas é bem moderno do ponto de vista do uso público e do planejamento”, de acordo com Paulo Faria, coordenador do ICMBio para Estruturas de Visitação e Ecoturismo.

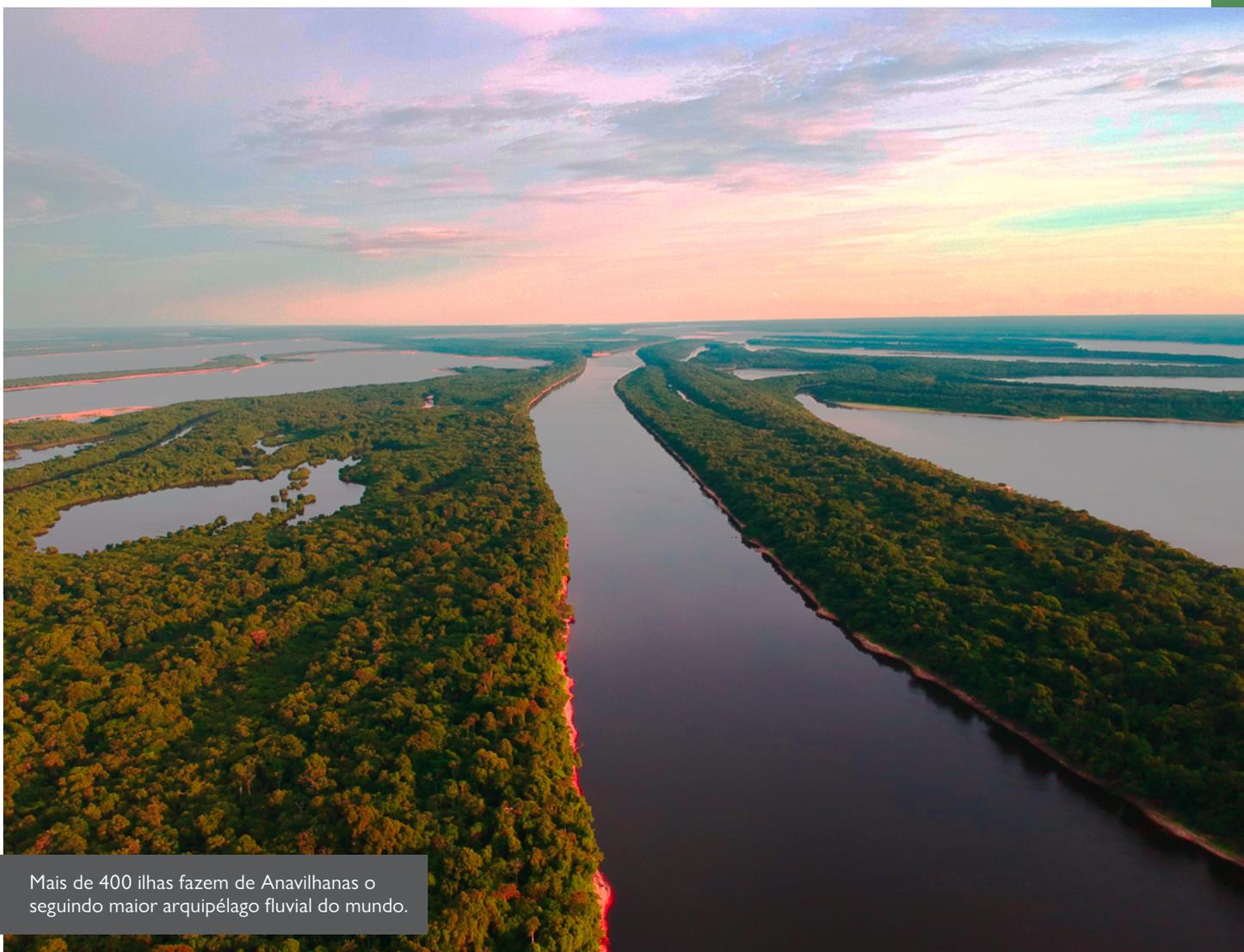
O ICMBio utilizou o Espectro de Oportunidades para Recreação (ROS) do Serviço Florestal dos Estados Unidos e a metodologia de Oportunidades de Visitação em Áreas Protegidas (ROVAP) da Universidade Estadual do Colorado como referências para o planejamento de uso público de Anavilhanas. Posteriormente, as duas metodologias foram adaptadas para compor a ferramenta de Oportunidades para Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC).

“O caminho que nos levou ao ROVUC foi o do plano desenvolvido durante a revisão”, afirma Faria, frisando que “ele nos deu uma visão mais ampla de Anavilhanas”.

A revisão adicionou um Plano Interpretativo ao Plano de Manejo, concentrado em torno das atividades que podem ser desenvolvidas pelas próprias comunidades.

O Plano Interpretativo foi criado a partir do envolvimento e da participação de pilotos dos barcos locais, guias, operadores de turismo e apoiadores do parque na região. Por causa do histórico de criação do parque, foi importantíssimo aumentar o nível de comunicação com a população local em relação à importância e benefícios do mosaico. (Veja box abaixo).

Ryan Finchum, diretor do Centro de Gestão de Áreas Protegidas da Universidade do Colorado, esclarece que “interpretação ambiental é um processo de comunicação; é uma forma de construir mensagens que cria conexões reais com as pessoas. Ela toma em consideração a forma como as pessoas vivem, o que é importante para elas, o que elas sabem e compreendem. E usa técnicas para ajudá-las a se conectar emocionalmente e intelectualmente, para que a informação repassada faça sentido”.



Mais de 400 ilhas fazem de Anavilhanas o segundo maior arquipélago fluvial do mundo.

IMPACTO NO CAMPO - PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS

Paula Pinheiro, analista ambiental do ICMBio com sede em Anavilhanas, que trabalha principalmente com uso público, menciona um conflito histórico que causou preocupação desde o início do parque. “Através da interpretação ambiental, começamos a envolver a população local em iniciativas de conservação.”

Um módulo de treinamento foi oferecido aos pilotos e guias de barco por dois anos. Suelene Couto, gerente do Programa de Serviços Florestais dos EUA no Brasil, afirma que “vemos os resultados na maneira como eles se envolvem, bem como nas mensagens que transmitem aos turistas. Isso mudou como resultado do treinamento que ministramos”.

“Precisamos melhorar a comunicação e o conhecimento para que os guias possam transmitir essa mensagem de proteção e a necessidade de se envolver em proteção, não apenas para visitantes estrangeiros, mas também para a população local que visita o parque e suas praias”, acrescenta Pinheiro. “O que lhes mostramos foi que, em vez de citar muitos números ou vários nomes de animais e peixes, se eles explicarem que o rio é um viveiro de peixes ou que o volume do rio Negro é maior que todos os rios europeus, os visitantes entenderão e lembrarão disso como parte da experiência deles aqui”.

A PCAB está trabalhando com interpretação ambiental e envolvimento dos jovens de maneira mais ampla em Anavilhanas. Isso inclui trabalhar com o ICMBio

para desenvolver uma equipe principal de especialistas em interpretação ambiental: “Pessoas altamente treinadas e capacitadas neste tópico, para que também incorporem sustentabilidade ao programa desde o início.

“São 15 indivíduos que estão conosco desde o início da parceria e que agora estão dando treinamentos e nos ensinando coisas que não sabíamos à medida em que colocam todas as ideias e informações em prática,” conclui.

A parceria também trabalha com esta equipe e um grupo mais amplo para desenvolver Planos Interpretativos para áreas protegidas, o que vai ajudar a definir o que Anavilhanas precisa comunicar e que mensagens são mais importantes, dependendo da audiência.

A PCAB financiou um vídeo educacional mostrado aos turistas que visitam o flutuante dos botos, onde é possível interagir com botos selvagens cor-de-rosa (também chamados de vermelhos). Um folheto com informações básicas sobre Anavilhanas também foi criado para auxiliar os pilotos que trabalham como guias. E em novembro de 2018, um seminário reuniu professores e instituições que trabalham na área ambiental em todo o mosaico para desenvolver materiais de interpretação ambiental para jovens de comunidades do entorno.

“Quando falamos de conservação ambiental, também estamos falando em reconhecer a cultura local e a sociodiversidade que temos aqui. Visitantes vêm para conhecer nossa natureza, mas estão também interessados na nossa cultura. Eles querem saber como as pessoas vivem aqui. Quando os moradores locais se dão conta que há

pessoas vindo de muito longe para descobrir a casa delas e a cultura delas, aumenta a autoestima e a vontade de preservar o que elas têm”, afirma Priscila Santos, chefe do Parque Nacional de Anavilhanas.

“O Plano Interpretativo também nos fez olhar além do que já estava consolidado, como a reestruturação do flutuante dos botos e de outros flutuantes em Novo Airão e nas praias,” ressalta Faria.

Em 2018 houve um aumento de 20% no número de visitantes em Unidades de Conservação federais (12 na Amazônia). Dados para Anavilhanas não são precisos, já que muitos turistas chegam diretamente de Manaus, em barcos e não necessariamente passam por Novo Airão. O ICMBio não espera atrair turismo de massa no futuro, mas começa a explorar o verdadeiro potencial da região.

Trilhas aquáticas, canoagem, “stand-up paddling” (prancha com remo) e esportes aquáticos como rafting também estão no radar como oportunidades potenciais identificadas no plano de manejo e que ainda não foram totalmente implementadas.

“A cooperação com a USAID nos ajudou a entender o que precisamos fazer para organizar alguns dos usos consolidados e para investir em parcerias privadas, mesmo que a essência permaneça sendo o turismo de base comunitária”, conclui Faria.

Os próximos passos incluem expandir o treinamento dos pilotos nas comunidades e produzir materiais didáticos para crianças e jovens.



Vermelhinho, é um guia local treinado pela PCAB. Ele agora tem uma pequena empresa de turismo.

Lições do passado

Em 1981, quando o Parque Nacional de Anavilhanas foi criado por decreto presidencial, não houve consulta prévia junto à população. A partir daí, a cidade de Novo Airão passou a compartilhar suas praias do rio Negro com a nova Unidade de Conservação.

Até a crise econômica que atingiu a região no início da década de 1990, a economia local se baseava na extração de madeira. Novo Airão tinha então 180 mil habitantes e 22 estaleiros que produziam 50 barcos tradicionais ao ano. Como registrado em 1993 pelo Jornal da Tarde, apesar da história de sucesso dos melhores estaleiros da Amazônia, os estaleiros da cidade eram insustentáveis: “A principal matéria-prima e a razão do seu sucesso é a Itaúba, antes encontrada em abundância nas matas vizinhas à cidade e agora cada vez mais escassa. No casco de uma embarcação de 20 metros, por exemplo, são utilizadas em média 30 árvores, que os madeireiros buscam mais e mais longe, floresta adentro”. Dura e resistente à água, a itaúba era usada pelos indígenas locais para construir suas canoas.

A cidade antiga – Velho Airão – dependente do látex – foi abandonada quando o Brasil perdeu o monopólio da borracha natural.

As ruínas da cidade são hoje uma atração turística. A economia entrou em colapso e os habitantes que ficaram fundaram Novo Airão

Valmir Borges Monteiro, piloto e guia, relembra que o mesmo quase aconteceu com a nova cidade: “Quando os estaleiros começaram a fechar, os donos mudaram de vida. Um é dono do posto de gasolina, outros foram para o comércio – eles tinham capital prá isso. Os carpinteiros, os trabalhadores, ficaram sem nada”.

A população local encolheu para 10 mil habitantes e apenas um estaleiro operava em 2018.

Para Monteiro, conhecido como Vermelhinho, o pior da crise já passou: “Com as parcerias, a economia local voltou ao normal. Vários restaurantes novos abriram, tem novos hotéis e pousadas, hotéis de selva. O turismo se tornou a saída”.

Vermelhinho era pescador, passou a piloto de barco e agora tem uma pequena operadora de turismo que leva visitantes ao Parque Nacional do Jaú. Ele é considerado um dos melhores estudantes do curso de interpretação para pilotos e tem planos de abrir seu próprio hotel de selva no lugar onde nasceu.



O último estaleiro de Novo Airão é um lembrete da crise econômica criada pela extração desenfreada de madeira em Anavilhanas

O madeireiro que virou empreendedor de turismo



Roberto Mendonça foi madeireiro por 20 anos e desde 2012 dirige uma pousada de turismo de base comunitária com sua família na comunidade de Tumbira, dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (RDS Rio Negro), que integra o Mosaico do Baixo Rio Negro.

“Comecei a tirar madeira com 12 anos. Aprendi com meu pai, que aprendeu com meu avô.” Com o passar dos anos a madeira escasseou com a competição dos madeireiros comerciais e a fiscalização sobre a retirada de madeira ilegal aumentou. “Fiscais não faziam distinção entre madeireiros comerciais e quem tirava madeira para subsistência”, diz. “E piorava a cada ano. A madeira era confiscada dos barcos a caminho de Manaus, às vezes antes de sairmos da comunidade”.

No início, 10 comunidades ribeirinhas começaram a pedir a criação da Reserva Sustentável para legalizar o comércio de madeira. “Eu sonhava em trabalhar legalmente com madeira”, admite, mas a burocracia envolvida era enorme.

A primeira experiência dele com turismo aconteceu quando foi convidado pelo diretor da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) para guiar um grupo por cinco dias. “Para mim foi um grande desafio e eu tive que perguntar a ele o que fazer e o que dizer. Ele me aconselhou a fazer tudo igual ao que eu fazia quando saía de casa para cortar madeira na floresta, só deixando a motosserra prá trás.” Ele levou nove turistas para trilhas, mostrou as raízes de algumas árvores que ele mesmo havia derrubado e os levou para visitar algumas comunidades vizinhas. ▶



Educação ambiental foi crucial para mudar a mentalidade de Roberto Mendonça

“Quando eles foram embora, paguei os 10 ajudantes que contratei para várias tarefas e vi que sobrou um bom dinheiro. Eu não podia acreditar que em cinco dias tinha ganhado o dobro do que ganharia puxando madeira por um mês: cortando, carregando – é um trabalho pesado”, relembra. “E eu pensei: “Jesus! Saí prá passear na floresta e fiz dinheiro com isso”.

Ele tinha 34 anos quando aposentou a motosserra e embarcou no projeto do sogro de abrir uma pousada e guiar turistas. “A mudança acontece quando a gente vê os resultados”, acredita. “Eu podia ganhar dinheiro com uma atividade legal e não me sentir culpado por estar derrubando a floresta”. Ele também jura ter ouvido uma itaúba gritar de dor quando a cortava e acha que isto foi um sinal.

Com um largo e simpático sorriso, ele mostra as melhorias em sua comunidade: há eletricidade, internet, água encanada, uma escola e melhores condições de vida. Mendonça também credita a mudança à educação ambiental fornecida por agentes do governo e organizações sem fins lucrativos operando na região. Agora, quando a gente ouve barulho de motosserra, informamos imediatamente às autoridades locais. E afirma que, se o Parque Nacional e outras áreas de proteção não tivessem sido criadas e o corte de madeira não houvesse sido coibido, o modo de vida dos ribeirinhos teria sido afetado.

Tenho dois rapazes em casa: meu filho e meu sobrinho, Giovani. E meu maior orgulho é que eles nunca precisaram cortar uma só árvore para sobreviver. Os dois completaram o Ensino médio e têm oportunidades que meu avô, meu pai e eu nunca tivemos”

“Eu podia ganhar dinheiro com uma atividade legal e não me sentir culpado por derrubar a floresta. Ainda gosto disto, porque posso ir à floresta e passar um tempo lá”, afirma Roberto.



Roberto Mendonça foi pioneiro em turismo de comunidades de base na região



Marilda é recebida por Curumim, um dos 20 golfinhos que visitam a plataforma regularmente



Encantadora de botos

Em 1997, duas filhas de Marilda Medeiros começaram a alimentar botos cor-de-rosa da Amazônia por pura diversão a partir de seu restaurante flutuante em Novo Airão, ancorado às margens do rio Negro. O flutuante do Boto Cor-de-rosa logo se tornou a atração principal do Parque Nacional de Anavilhanas, cujos limites começam no lado esquerdo do rio e incluem a praia e o porto de Novo Airão. Apesar do número de visitantes brasileiros e estrangeiros que chegam para interagir e nadar com os botos selvagens, ela ganhava pouco. Vender bandejas de peixe para clientes alimentarem os botos não era fácil e nem lucrativo. “Uma pessoa comprava uma bandeja e trazia outras 30 ou 40”, conta. “Às vezes tinha mais de 100 pessoas aqui, tínhamos medo do flutuante afundar”. Mais de uma vez ela teve que chamar a polícia para lidar com a multidão.

Em 2010, a chefe do Parque Nacional, Priscila Santos, estabeleceu um grupo de trabalho comunitário para planejar e organizar o turismo de botos

Parte da população local se ressentiu da iniciativa, pois não ganhou nada com a popularidade da primeira atração de botos selvagens no mundo.

A primeira reação de Marilda foi muito negativa: “Nossa Senhora! Quando a Priscila chegou e me disse que eu tinha que mudar, eu senti que ela estava me tratando como uma criminoso, Sou nascida e criada na Amazônia, eu sou Apurinã (índia), e ela chega de Brasília querendo me dizer que eu tenho que mudar?”

Com paciência e persuasão, a chefe do Parque conseguiu ganhar o seu respeito e até convencê-la de que cobrar uma taxa de entrada faria o seu negócio melhorar. A PCAB ajudou na produção de um filme introdutório sobre Anavilhanas e os golfinhos (patrocinado pela USAID e produzido pelo ICMBio) adicionando um elemento educativo às visitas. “É mais fácil vender ingressos do que bandejas de peixes”, diz Marilda que mudou seu negócio e construiu um novo flutuante com a orientação da equipe do Parque. Para mostrar sua gratidão, ela batizou um dos golfinhos de “Priscila”.

Todos os animais têm nomes e respondem a seus chamados. “Apreendi que, para mantê-los independentes e capazes de caçar seus próprios peixes temos que limitar a quantidade de comida que damos a eles. Eu também aprendi que eles poderiam pegar doenças de pele de nós. Para ser honesta, ainda estamos trabalhando para cumprir todas as exigências, mas desde que começamos a mudar, nenhum dos golfinhos morreu”.

Marilda está agora em contato com empreendedores do crescente negócio de “mergulhar com os golfinhos da Amazônia”. Ela está criando uma associação para compartilhar o conhecimento que adquiriu e buscando criar um Código de Conduta.

“Para que o turismo exista, precisamos investir em conservação. E para que isto aconteça, os caboclos e brancos, todos nós, precisamos aprender a ganhar a vida com a natureza, não a matá-la”, diz. Esta é a mensagem que ela compartilha com outros que também trabalham com os botos – espécie vulnerável no país.

“Precisamos aprender a ganhar a vida com a natureza, não a matá-la” – Marilda Medeiros

Regulamentação do Flutuante dos Botos

Antes

- Os visitantes alimentavam os botos;
- Não havia controle na quantidade de comida;
- Era permitido mergulhar com os botos, com riscos de machucar os animais e de acidentes com pessoas;
- Nenhuma informação educativa era fornecida;
- O número de visitantes não era limitado;
- Não havia restrições ao tráfego de barcos ao redor da plataforma.

Depois

- Somente pessoal treinado alimenta os botos;
- A alimentação diária é limitada a 2 kg/dia por animal;
- Só é permitido aos visitantes sentar-se na plataforma e tocar os animais na região do peito, se e quando eles saltarem para fora da água;
- Vídeos educativos (incluindo um vídeo curto para crianças) são apresentados aos visitantes antes da interação;
- Número limitado de visitantes;
- Barcos não são permitidos em uma distância de 20 metros do flutuante;

Aprendendo a amar e respeitar

A interação segura com animais selvagens pode aumentar o conhecimento sobre as espécies e seus habitats, e aumentar a conscientização sobre a importância da conservação. “Eu pedi a meu pai para me trazer

aqui porque eu sabia que isso seria mágico. É mesmo e meu pai é o melhor pai do mundo!” - Laura Borges, 9 anos, São Paulo.

“Excelente oportunidade para encontrar golfinhos selvagens

em vez daqueles fechados em cativeiros ao redor do mundo. Diretrizes estritas para a segurança dos golfinhos são muito apreciadas.” Chris Evans (Canadá/ comentário no Trip Advisor)



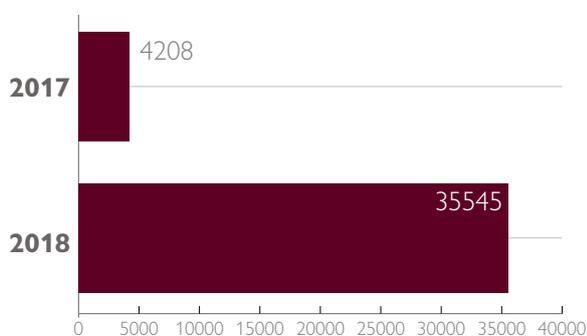


Pescadores da Resex Marinha de Soure concordaram em usar redes que deixam os peixes pequenos escaparem. Eles mesmos fiscalizam seus pares.



CADEIAS DE VALOR

Pessoas que tiveram benefícios socioeconômicos como resultado da PCAB



22,6 milhões de hectares envolvidos em atividades de fortalecimento de subsistência sustentável

35.545 pessoas tiveram benefícios socioeconômicos através de manejo sustentável de recursos naturais e/ou conservação da biodiversidade, como resultado da PCAB

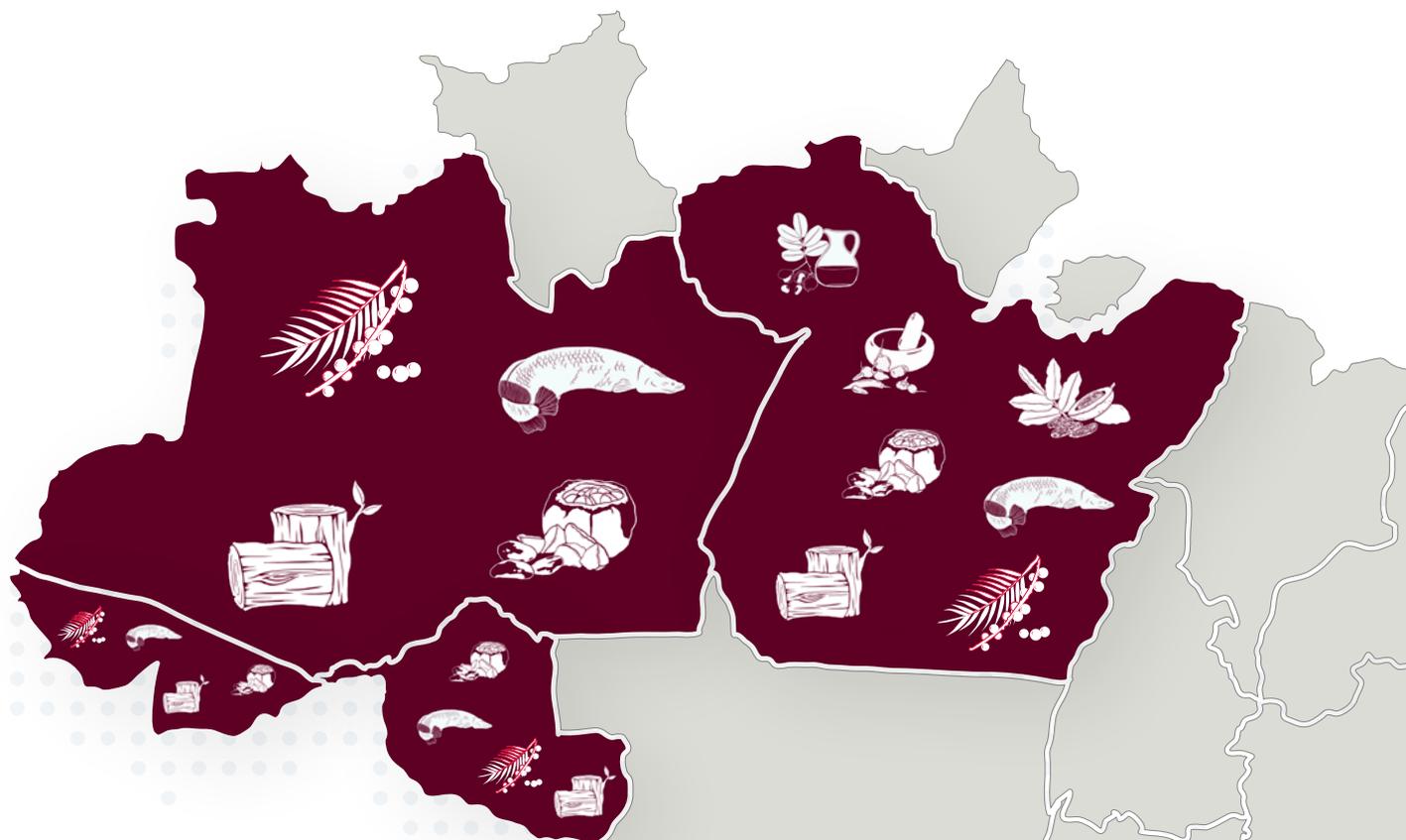
2.400 pessoas foram treinadas em manejo de recursos naturais sustentáveis e/ou conservação da biodiversidade

Esforços de conservação frequentemente falham em reconhecer a necessidade de desenvolver o valor econômico da floresta e em oferecer um futuro viável para as famílias que ali moram e dependem dela e de seus recursos naturais. Aumentar o valor dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros é essencial para assegurar que as comunidades não tenham que escolher entre a conservação e o seu próprio bem-estar.

Fortalecer as cadeias de valor sustentáveis é um componente crítico da PCAB, que fornece capacitação, assistência técnica, ferramentas, processos e contatos para a comercialização e mercados, tudo com o objetivo de ajudar comunidades a se tornarem autossustentáveis e assegurar que as cadeias de valor das quais elas dependem sejam economicamente bem-sucedidas e sustentáveis.

A PCAB pretende transformar produtos florestais em modelos de negócio lucrativos, de forma a gerar renda legal e sustentável para as comunidades locais que dependem desses recursos para a sua subsistência, e ao mesmo tempo, assegurar que a floresta com maior biodiversidade no mundo permaneça em pé.

De acordo com algumas estimativas, a contribuição de madeira, gado e produtos agrícolas tradicionais para a economia da Amazônia brasileira é de cerca de US\$ 10 bilhões. Os principais produtos não madeireiros, como o açaí, a castanha do Brasil, o cupuaçu e o guaraná, já produziram em torno de US\$2,5 bilhões em rendas. O açaí sozinho é responsável por US\$ 1 bilhão, enquanto a castanha do Brasil fornece outros US\$ 250 milhões, segundo o renomado biólogo brasileiro Ismael Nobre, que vem defendendo o desenvolvimento de cadeias de valor na floresta.



PARCERIA EM PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA FLORESTA CADEIAS DE VALOR

Com o suporte técnico do Serviço Florestal dos Estados Unidos e do ICMBio, juntamente com um consórcio de parceiros implementadores locais, a PCAB está fortalecendo comunidades e suas organizações, melhorando e estruturando a produção de cadeias de valor, acessando mercados e ajudando populações locais a encontrar soluções para suas necessidades, que obedeçam regulamentações legais e permitam a comercialização.

Produtos



Madeira

Açaí

Copaíba

Castanha do Pará

Pimenta indígena

Cumaru

Pirarucu



BRASIL



Maria Margarida (esq) foi inspirada pela mãe, a primeira ativista da família. A sobrinha (atrás), quer seguir seus passos.

Impacto no campo – Resex Verde para Sempre

Maria Margarida Ribeiro da Silva foi a vencedora do Prêmio Campeões da Floresta 2017 – o prêmio ambiental mais importante no mundo – por liderar uma longa luta para assegurar o direito das comunidades locais em implementar projetos de manejo de madeira sustentável em âmbito familiar e comunitário na Reserva Extrativista Verde para Sempre, no Pará. Apoiado pela PCAB – este foi o primeiro projeto piloto de plano de manejo florestal conduzido por comunidades dentro de uma Unidade de Conservação no Brasil.

O nome da Resex foi sugerido e votado pelas comunidades ribeirinhas, como acontece com todas as decisões importantes. Em Arimum, onde Margarida nasceu, apesar dos baixos preços praticados pelos madeireiros ilegais, a cooperativa deles não teve dificuldades em encontrar uma empresa disposta a comprar a produção.

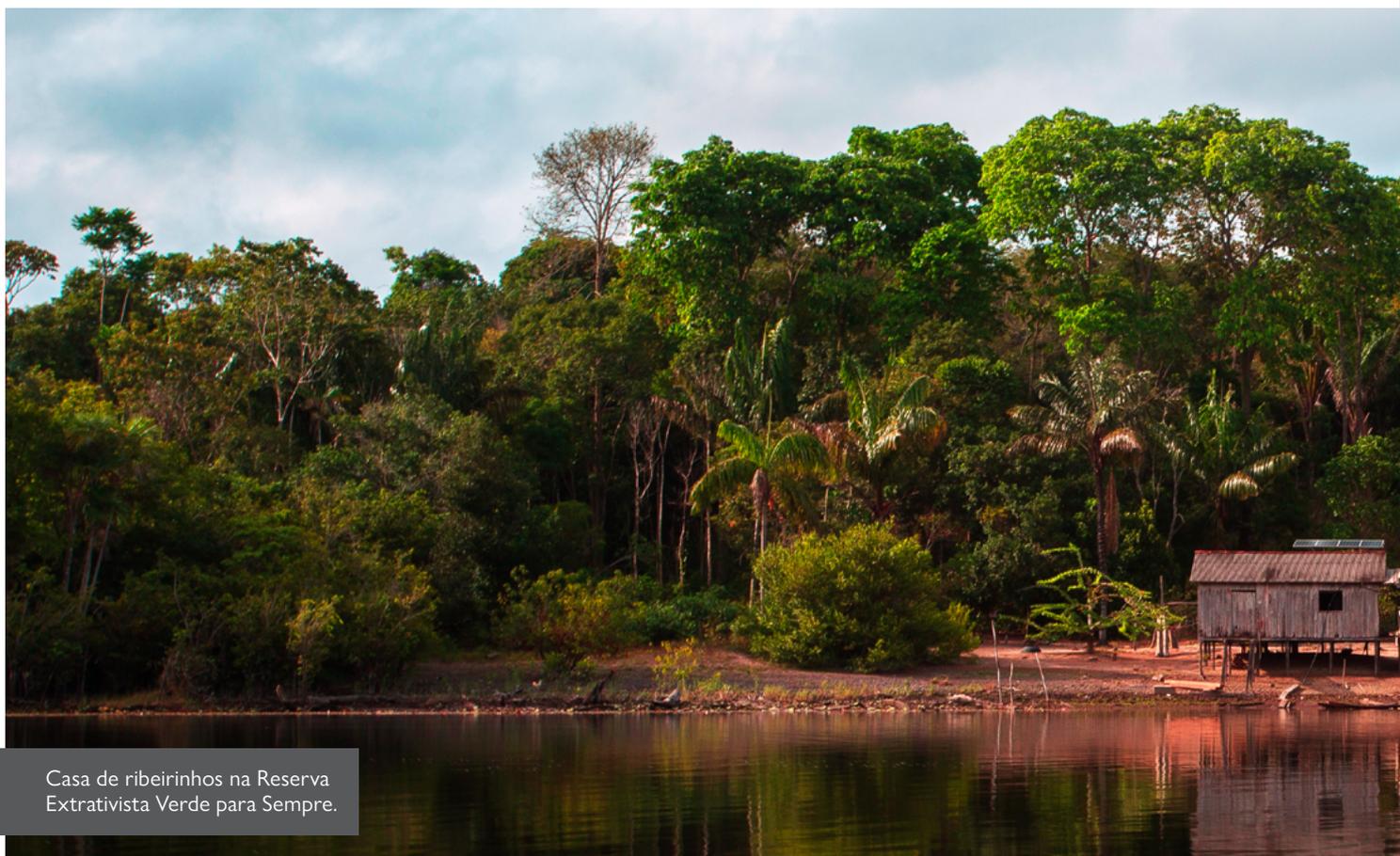
No final do ano passado, ela estava contente em nos mostrar sua nova casa – tradicional palafita de madeira à beira do rio, com uma ampla varanda para receber sua família para refeições e cantorias. A casa foi construída com os US\$ 20 mil ganhos no Prêmio Campeões da Floresta Wangari Maathai e tem um gerador solar.

Será que ela sabe quem foi Wangari Maathai? “Sim, quando conheci o prêmio, me disseram que ela foi uma ativista queniana que liderou um movimento de plantar florestas e que ganhou um Prêmio Nobel.” Ela pensou duas vezes antes de viajar para participar da cerimônia de entrega, na Alemanha. Embora ela tenha se levantado contra madeireiros ilegais e políticos locais, Margarida tem medo de viajar de avião.

Para chegar lá, ela teve que viajar por algumas horas a Porto de Moz, a cidade mais próxima da Resex, de onde ela tomou um avião pequeno para Belém. Lá, embarcou em um voo comercial para chegar a um aeroporto internacional e finalmente embarcar para a Europa.

Ela dedicou o prêmio à sua mãe Luíza, de 80 anos, uma parteira que auxiliou mais de 200 partos, além de ter sido líder do movimento para criar a Reserva Extrativista.

Verde para Sempre, no baixo Amazonas, com 1,3 milhão de hectares, é a maior Resex de uso sustentável do país, próxima à confluência dos rios Xingu e Amazonas. A área tem um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e níveis altos de violência rural, com forte presença de madeireiros



Casa de ribeirinhos na Reserva Extrativista Verde para Sempre.

“Precisamos informar aos outros que a floresta é algo grande e que as comunidades que vivem na floresta precisam de incentivos para a área da sustentabilidade, como fizemos. Não se trata apenas de gerar renda. As empresas comunitárias precisam ser ecologicamente corretas e socialmente justas. Além disso, o governo pode economizar dinheiro com o monitoramento, se as comunidades fiscalizarem a floresta. Ninguém vai permitir extração ilegal, pois isso comprometeria todo o processo. Também estamos combatendo o desmatamento”, diz Margarida

e grileiros. Margarida liderou a campanha pela regulamentação do manejo florestal comunitário por mais de uma década. Sob a PCAB e com apoio técnico do Serviço Florestal dos Estados Unidos e dos principais parceiros locais, como o Instituto Internacional de Educação (IEB) e outros, o consórcio vem trabalhando com seis associações comunitárias na Verde para Sempre desde o início da cooperação. Nos últimos anos, a PCAB apoiou o fortalecimento da produção comunitária certificada de madeira, ajudando a estabelecer cooperativas especializadas em madeira sustentável e no desenvolvimento das cadeias de valor do açaí e da castanha do Pará.

Três mil ribeirinhos vivem na Resex, que é tradicionalmente uma área de extração madeireira, rica em madeiras de lei, como maçaranduba, jacarandá e angelim. A extração e a colheita costumavam ser feitas manualmente pelos habitantes locais e tinham baixo impacto ambiental. A renda das famílias vinha da venda de madeira e de farinha de mandioca. O pai de Margarida era um luthier, e ela ainda toca um ukulele antigo que ele fez para ela como presente. “Um dia recuperaremos essas habilidades que perdemos”, acredita.

Desde a chegada dos grandes madeireiros nos anos 80, que levaram à expansão de pastos para búfalos e abertura de campos para agricultura, a pressão sobre os ribeirinhos aumentou. Cresceu o desmatamento na região e a única floresta primária remanescente é agora a área onde foi criada a Resex.





“A pressão foi grande, mas eu sempre tive fé em Deus”, diz Luíza, que foi uma das líderes nos protestos que fecharam o rio Xingu em Porto de Moz para pedir a criação da reserva em 2004. Naquele mesmo ano, Margarida assumiu a tarefa de tentar superar as várias barreiras que impediam a legalização do comércio de madeiras de sua comunidade.

A gerente de projetos do IEB, Katiuscia Miranda, trabalha há três anos com essas comunidades, apoiando o fortalecimento de suas associações e cooperativas na gestão de negócios e gestão territorial. “Essas comunidades têm um modelo de organização social sólido. Eles estão acostumados a trabalhar juntos, mas há alguns aspectos do gerenciamento ambiental e econômico relativos à essa produção que eles ainda precisam desenvolver e que não faziam parte de suas tarefas cotidianas anteriores”, diz Miranda. “Eles sempre trabalharam de forma coletiva com agricultura de subsistências, mas a produção era

individual. Agora, eles enfrentam desafios para organizar a sua produção coletiva, reorganizam seus processos e gestão territorial e estão tendo que lidar com a legislação ambiental”.

Segundo Margarida, “desde 1996 nós trabalhamos na direção de uma silvicultura sustentável e legal. A associação foi criada neste mesmo ano. Desde a criação da Reserva em 2004, temos lutado para a implementação de políticas públicas que façam as coisas acontecerem. Nossos objetivos eram fornecer capacitação aos trabalhadores da comunidade, contratar uma equipe técnica e desenhar um plano de manejo. Com o apoio da USAID e também do governo alemão, nós conseguimos”.

A principal barreira era o fato do decreto que criava a reserva não ter especificado seu uso. Margarida, que presidia a associação na época, sugeriu enviar uma proposta de manejo florestal comunitário ao ICMBio. Foi aceito experimentalmente por dois anos, período durante o



qual eles avaliaram se poderia funcionar. “Fomos em frente e conseguimos, cumprindo nossas metas por dois anos consecutivos. Então fui convidada a ministrar treinamento aos chefes de outras Unidades de Conservação da Academia ICMBio - em âmbito nacional. Durante o curso, criamos a Norma 16 do ICMBio, em 2011¹. Isto abriu um precedente legal para outras comunidades de Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável seguirem o exemplo”, explica ela.

Ela foi então convidada a discutir a reforma do Código Florestal Brasileiro em 2012 e conseguiu criar o Instituto Florestal do Pará (IdeFor). Margarida também desempenhou um papel fundamental na definição de legislações nacionais e estaduais para o manejo florestal e, em 2017, ajudou a criar o Observatório de Manejo Florestal.

Ela é constantemente desafiada a superar seu medo de voar para dar palestras em universidades e explicar como as comunidades rurais no coração da Amazônia são capazes de gerenciar um processo que, no passado, era exclusivo para empresas: do estoque à venda. “As coisas melhoraram aqui. Nós não nos escondemos mais. Nós não vivemos com medo. E temos um produto certificado, além de termos conquistado reconhecimento nacional e internacional”, acrescenta Margarida.

“Precisamos informar aos outros que a floresta é algo grande e que as comunidades que vivem na floresta precisam de incentivos para a área da sustentabilidade, como fizemos. Não se trata apenas de gerar renda. As empresas comunitárias precisam ser ecologicamente corretas e socialmente justas. Além disso, o governo pode economizar dinheiro com o monitoramento, se as comunidades fiscalizarem a floresta. Ninguém vai permitir extração ilegal, pois isso comprometeria todo o processo. Também estamos combatendo o desmatamento”, diz.



Com assistência técnica dos parceiros da PCAB as comunidades da Resex utilizam os mesmos padrões de segurança de grandes projetos de manejo florestal..

1 A Instrução Normativa 16 regula a gestão florestal comunitária nas Unidades de Conservação.



As comunidades da Verde para Sempre trabalham em pequenas áreas da floresta que ficarão em descanso por décadas depois do manejo.

Comunidades exportam para mercados internacionais

Atualmente, a Reserva Extrativista Verde para Sempre produz de 25 mil a 30 mil m³ de madeira legal. Aproximadamente 30% tem certificação do Forest Stewardship Council (FSC), garantindo que ela possa ser rastreada até a floresta. As empresas com as quais a cooperativa e o IEB estão negociando são avaliadas para garantir o comprometimento com a comercialização de madeira legal.

A partir de 2018, 300 famílias se beneficiaram do manejo florestal sustentável em seis comunidades e três outras comunidades estão iniciando o processo. O objetivo das comunidades envolvidas é influenciar as políticas públicas em termos de licenciamento e mercado.

Miranda diz que a silvicultura sustentável em pequena escala é um desafio. Seis outras comunidades estão praticamente prontas, esperando a aprovação de seus planos de gerenciamento. “É uma reserva com grande potencial para extração de madeira legal e sustentável na região amazônica. Há mercado e demanda. O que eles estão fazendo é fortalecer sua organização social para permitir que cumpram as obrigações legais que foram estabelecidas pensando apenas nas grandes empresas do setor florestal”.

Margarida é uma verdadeira campeã, mas ela não é a única. Outras mulheres

– e homens – estiveram na linha de frente da luta para repelir o modelo predatório existente e adotar um novo modelo sustentável, que manteria a floresta de pé, os rios abundantes em peixes e contribuiria ativamente para a conservação da biodiversidade.

Maria Cruzea, presidente da Cooperativa Agro-Extrativista Mista Floresta Sempre Viva Três Rios, é uma delas:

“Passamos por muita coisa, vimos pessoas perdendo suas terras para grandes empresas, vimos assassinatos acontecendo. Mas agora essas seis comunidades estão usando a floresta de maneira regular e correta. No passado, devido à nossa falta de conhecimento, isso não foi feito. Agora assumimos um compromisso e queremos ter nossa floresta hoje e amanhã. Eu tenho um filho, ele terá filhos e eles ainda terão a floresta. Não precisamos da Verde para Sempre apenas para nós. Os esforços de conservação da Verde para Sempre são para o mundo. A madeira extraída a partir de nossos planos de manejo é enviada para serrarias nos mercados nacional e internacional. É necessário que esses mercados também considerem as florestas em pé como um resultado positivo. Todo mundo precisa de ar limpo, e estamos fornecendo isso – de graça. Além disso, nosso trabalho também gera renda”.



A estruturação de cadeias de valor pode proteger estoques pesqueiros e melhorar a renda de pescadores na Amazônia.



ENGAJAMENTO COM O SETOR PRIVADO

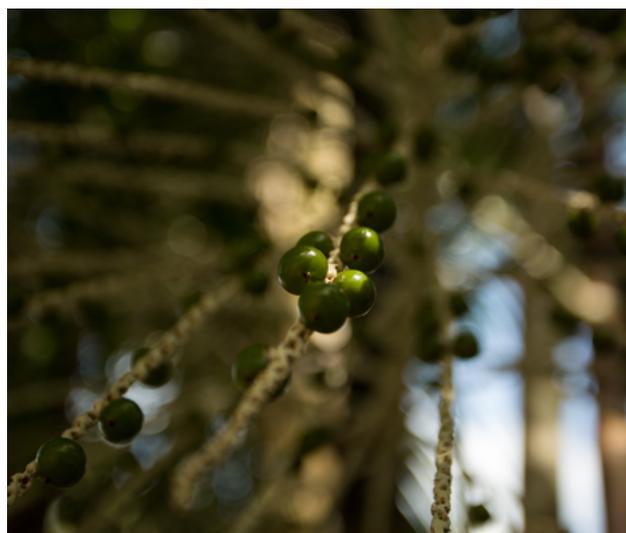
“A iniciativa privada é o meio mais potente e eficaz para melhorar a vida das pessoas, fortalecer as comunidades e acelerar sua autossuficiência.”

Mark Green, Administrador da USAID

A USAID/Brasil tem um longo histórico de trabalho com o setor privado. Em 2006, lançou uma plataforma de investimento social que uniu empresas americanas em operação no Brasil. O grupo investe em iniciativas de impacto com foco na educação de jovens, preparando-os para a economia digital e para o mercado em língua inglesa. Nos últimos 10 anos alcançou quase 40 mil estudantes e mais de 700 professores. A USAID hoje tem apenas o papel de consultora e a Mais Unidos é agora uma plataforma liderada pelo setor privado, com empresas como Coca-Cola, Bank of America, PayPal, Microsoft e KPMG.

Engajamento do Setor Privado (PSE), na sigla em inglês, é uma abordagem estratégica de desenvolvimento internacional na qual a USAID/Brasil cria, implementa e avalia conjuntamente com o setor privado iniciativas prioritárias de desenvolvimento para ampliar sua escala, sustentabilidade e eficácia.

A Estratégia PSE do Brasil foi lançada em 2017 e a PSE Global da USAID em 2018, sinalizando nossa virada na direção de modelos inovadores e empreendedores de desenvolvimento.



A USAID aprendeu muito com a experiência da Mais Unidos na última década e aplicou estas lições para servir como catalisadora de negócios nacionais e internacionais em operação na Amazônia para desenvolver a economia regional e fortalecer comunidades locais. O trabalho de engajamento já havia começado em 2016, através das Parcerias Público Privadas (PPPs) e em 2017, com o lançamento da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA). Dentro do guarda-chuva da PCAB, a PPA e as PPPs têm produzido resultados significativos com a alavancagem de recursos privados:

- ◆ **Google Earth Outreach**, juntamente com a **Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM)** treinaram quilombolas para utilizar ferramentas de mapeamento e tecnologia de coleta de dados usando dispositivos móveis (ODK) para gestão de seus territórios e produção de cadeias de valor, além de ensinar jovens a usar o YouTube e redes sociais para compartilhar suas histórias com um público maior, fornecendo novas habilidades e uma plataforma para se expressarem.
- ◆ **Natura**, em parceria com **Embrapa e World Agroforestry Center (ICRAF)** demonstraram a eficácia de usar Sistemas Agroflorestais (SAFs) na produção de dendê no Pará. O projeto piloto (SAF Dendê) foi ampliado em 2018 para 10 propriedades de pequenos agricultores. Duas das maiores empresas da região decidiram aderir à nova abordagem.

Plantar dendê junto com outras espécies que produzam óleos, condimentos, madeira e cacau, ao invés da monocultura, pode ter implicações para a expansão de SAFs em outras regiões do país e na Ásia, onde a produção de óleo de dendê é uma das principais causas de desmatamento.
- ◆ **Coca-Cola, Natura e SITAWI Finanças do Bem** utilizaram uma nova ferramenta de coleta de dados chamada Índice de Progresso Social como linha de base em comunidades vivendo em áreas protegidas de comunidades do Médio Juruá, no estado do Amazonas e criaram uma PPP de quatro anos baseada nos resultados. O

programa atual inclui planejamento conjunto e reflexão sobre os resultados, com participação de organizações das comunidades, autoridades, instituições sem fins lucrativos e setor privado. A finalidade é conservação da biodiversidade e estímulos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. O projeto fortaleceu cadeias de valor e auxiliou na melhora de indicadores de educação, saúde e bem-estar destas comunidades.

- ◆ **Mineração Rio Norte** – A maior produtora de bauxita do país é parte do primeiro projeto integrado de sustentabilidade liderado pelo setor privado, com duração de 15 anos. A MRN está investindo voluntariamente US\$15 milhões no Programa Territórios Sustentáveis (PTS) para garantir sustentabilidade, conservação, diversificação econômica e bem-estar para as comunidades. A USAID entrou na aliança em 2018 e tem trabalhado em um dos pilares com o consórcio para a criação de um fundo no qual a MRN irá alocar royalties e compensação ambiental: o Fundo Quilombola a ser gerido pelas próprias comunidades com a devida prestação de contas e regras com garantias de participação. Em 2018, o fundo teve uma contribuição de US\$ 1 milhão da MRN e foi lançado como piloto em 16 comunidades para testar a capacidade de governança. O mecanismo, além de mudar a dinâmica de repasses, tem grande potencial de replicação. Os resultados serão compartilhados com as autoridades e se o modelo for aprovado, US\$3 milhões de royalties poderão ser investidos anualmente em gestão territorial.
- ◆ Dentro da **Aliança Guaraná de Maués**, a **Ambev** e o **Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM)** promoveram a primeira venda direta de guaraná sustentável (plantado por indígenas e ribeirinhos) para a Ambev. A fruta é usada na produção do refrigerante no município onde indígenas apresentaram o guaraná aos portugueses.

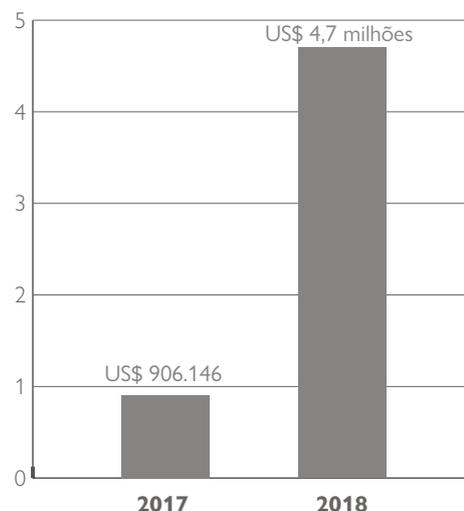
COMO TRABALHAMOS COM O SETOR PRIVADO

Buscamos dinamizar uma economia na Amazônia que estimule o empoderamento, comunidades sustentáveis e conserve a biodiversidade, as florestas e os recursos naturais.



A PCAB, através da PPA e outras parcerias, trabalha com empresas para mobilizar investimentos do setor privado para soluções conjuntas e inovadoras

Em 2018, a PCAB alavancou **USD \$4,7 milhões** em recursos privados – aumento de 470% em relação a 2017. **45.760 pessoas** tiveram benefícios através de atividades do setor privado na PCAB



Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)

A PPA é uma plataforma de ação coletiva com a missão de associar empresas do setor privado e identificar soluções de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade na Amazônia – engajando a iniciativa privada como protagonista na criação de novos modelos de uso sustentável da floresta. Seus membros têm o compromisso de ser socialmente e ambientalmente responsáveis e de promover desenvolvimento sustentável na região.

Ela completou seu primeiro ano de atividades em 2018 com resultados tangíveis, como o primeiro Fórum de Investimentos de Impacto e Negócios Sustentáveis da Amazônia (FIINSA), que culminou com investimentos de mais de R\$ 1 milhão direcionados para ajudar o crescimento de quatro start-ups e negócios sustentáveis da região; além da seleção de 15 empreendimentos para o Programa de Aceleração da PPA. Fundada no estado do Amazonas – o maior da região – a PPA está agora expandindo sua rede de membros para outros estados.

R\$ 1,1 milhão

investidos em 4 start-ups

15 start-ups selecionadas

para aceleração em 2019

R\$ 60 mil em prêmios para 4 negócios através do Prêmio Empreendedor PPA

2 estudos em oportunidades

e caminhos para desenvolvimento sustentável de impacto na Amazônia

Participação de **252 participantes do Ecosistema de Investimento de Impacto** no 1º Fórum de Investimentos de Impacto e Negócios Sustentáveis na Amazônia (FIINSA)

Rede da PPA



Pilares de Atividades Estratégicas da PPA

Áreas de interesse	Investimento de Impacto/ Start-ups	Incubação e Aceleração/ Empreendedores	Explorar oportunidades de investimento	Parcerias entre empresas, comunidades e governos	Comunicação estratégica e engajamento
Atividades Prioritárias	Mapear casos de sucesso, estruturar projetos, apresentar 'pitches' (discurso de elevador)	Mobilizar empreendedores, pré-aceleração, planos de incubação e contatos com investidores	Preparação de estudos e pesquisas (impostos, incentivos, compensação ambiental, uso de royalties, finanças sociais na Amazônia)	Estruturação de cadeias produtivas, desenho de projetos, disseminação de boas práticas corporativas	Engajamento de empresas, expansão da Assembléia Geral, criação de um Plano de Comunicação, criação de website e newsletter
Resultados	4 start-ups apoiadas	15 empreendedores e start-ups aceleradas	2 estudos publicados	4 Parcerias Público-Privadas apoiadas pela USAID com empresas da PPA	Adesão de novas empresas, atração de investimentos, divulgação da PPA na mídia, etc
Impactos esperados	Negócios sustentáveis gerando renda e preservando a floresta e a biodiversidade	Empreendedores com negócios sustentáveis prontos para receber investimento, gerando receita e conservando recursos naturais	Membros da PPA e de comunidades na Amazônia informados sobre formas inovadoras de investimentos para incentivar renda e conservação	Membros do setor privado da PPA investindo mais em bem-estar social e meio ambiente na Amazônia (mais recursos)	Membros do setor privado da PPA tendo retorno de seus investimentos (com mais qualidade e impacto)

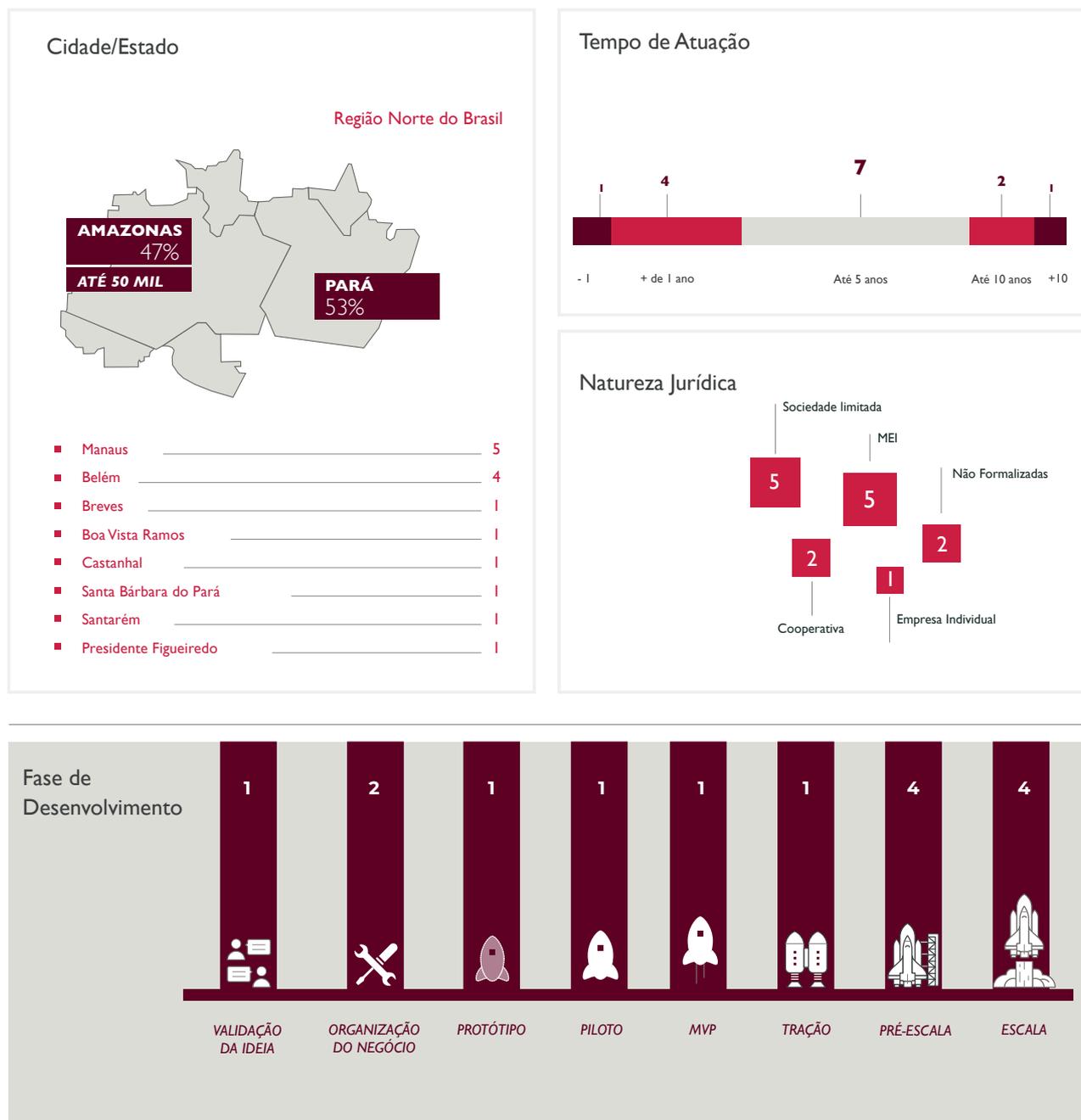
Estudos da PPA

Dois estudos foram produzidos e publicados com ênfase nas oportunidades de investimentos de impacto sustentável na Amazônia

- ◆ O IDESAM lançou **Caminhos para o investimento sustentável na Amazônia: Oportunidades para a aplicação de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus**. A publicação estima que investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento poderiam ter 30% de crescimento e chegar a US\$ 100 milhões através de investimentos de Lei de Informática, modificada em junho, que podem ajudar empresas com sede na Zona Franca a investir na área. A intenção foi fazer um guia para que empresas possam aplicar recursos de isenção em empreendimentos e start-ups voltadas para a bioeconomia e uso sustentável de recursos naturais na Amazônia.
- ◆ A SITAWI divulgou o estudo **Investimentos de Impacto na Amazônia: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**, com os mecanismos de investimento disponíveis na região, cadeias de valor, tipos de empreendimentos, barreiras e oportunidades para investimento de impacto. O objetivo foi dar subsídios a atores interessados em dinamizar o desenvolvimento sustentável como base para estruturar o processo de decisão. Endereçada a investidores, especialistas em investimento e profissionais de ação social, a brochura apresenta conceitos de investimento de forma simples.

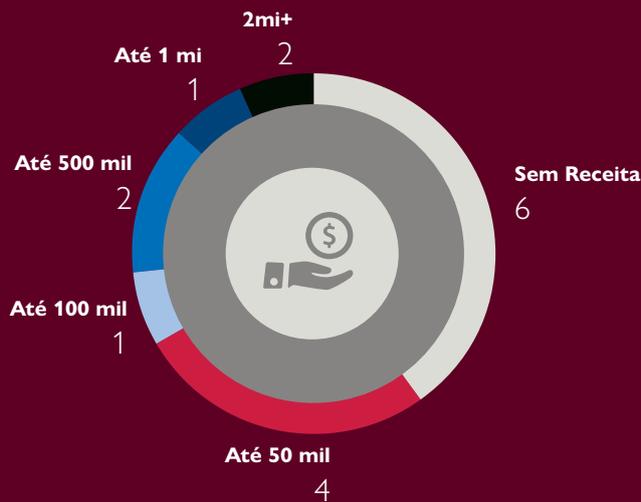


Perfil das start-ups que integram o Programa de Aceleração da PPA

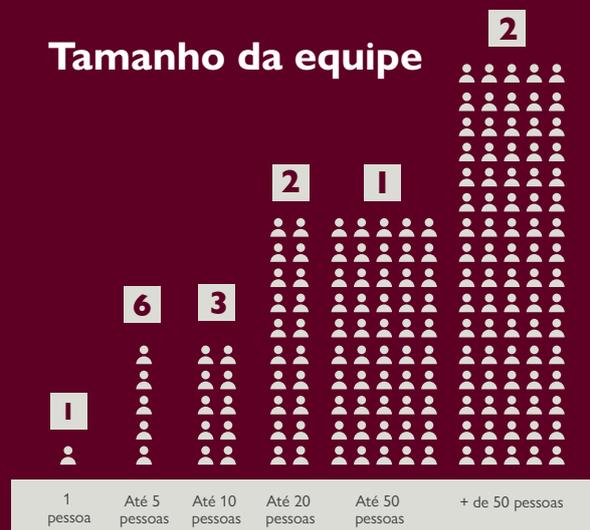


Perfil das start-ups que integram o Programa de Aceleração da PPA

Receita (em Reais)



Tamanho da equipe



Gênero entre fundadores



Tem propósito claro para impacto?



Mede o impacto



Passou por incubação/aceleração



Impacto no campo - Negócios de impacto transformam sustentabilidade, arte, cultura e inovação em Planos de Negócios para crescimento



Tainah Fagundes estava nervosa na apresentação que deu durante o FIINSA. Ela tinha que explicar como o negócio criado com a mãe, Kátia, há 10 anos, para viabilizar o sustento de uma mulher sozinha com três filhos, havia crescido e tinha potencial para viabilizar a entrada de capital. As start-ups competindo por investimentos no Fórum tinham que convencer os investidores com o mesmo tipo de “discurso de elevador” usado por donos de negócios pequenos do popular programa de TV Shark Tank (Tanque de Tubarões).

Ela estava representando a Da Tribu – start-up que produz acessórios sustentáveis de borracha natural, e usa tecnologia da floresta para gerar renda extra para famílias que vivem em áreas rurais no Pará.

A Da Tribu sempre trabalhou com papel reciclado e em 2014 decidiu trazer de volta uma técnica indígena tradicional misturada a um processo simplificado de

vulcanização da borracha chamado encauchados: a borracha natural (látex) é misturada à água, serragem e fibras vegetais, como o algodão. O resultado é um emborrachado com alto grau de elasticidade. Durante a apresentação para conseguir investimentos para expansão do negócio, Tainah esqueceu de mostrar os colares, anéis e pulseiras que levou para mostrar aos “tubarões” que avaliavam sua empresa.

“Ganhamos a confiança das comunidades com que trabalhamos e nossos fornecedores vivem na praia, essa não é a sua principal fonte de renda. Eles normalmente cozinham ou servem turistas. Estamos testando produtos agora como sapatos e sandálias e queremos crescer e incluir mais famílias no nosso negócio”.

A Da Tribu trabalha com a Comunidade Extrativista Pedra Branca, na ilha de Cotijuba



Tainah Fagundes, representando a Da Tribu (esq.) recebe o Prêmio Empreendedor da PPA de Anna Tonnes, Líder da Equipe de Meio Ambiente da USAID.

– uma área protegida na qual vivem 15 famílias. A cooperativa local fornece papel reciclado e encauchados para a empresa.

Na Da Tribu Tainah, cuida da administração, além de criação e comunicação.

Nos últimos quatro anos, a empresa manufacturou mais de 60 mil metros de corda de borracha e vendeu mais de 5 mil peças, levando um retorno de R\$ 75,000 para a comunidade.

Desafios para sobreviver



Fotos de divulgação/ Da Tribu

“Ganhamos a confiança das comunidades com que trabalhamos. Nossos fornecedores vivem na praia e essa não é sua renda principal. Eles normalmente cozinham ou servem turistas. Estamos testando produtos como sapatos e sandálias e queremos crescer e incluir mais famílias no nosso negócio.”



Fotos de divulgação/ Da Tribu



Tainah e Katia Fagundes, fundadoras e co-proprietárias da start-up Da Tribu

O pequeno negócio de Tainah encontrou uma série de barreiras para sobreviver. Depois de vencer outro concurso em 2015, tendo aberto uma loja física em Belém, a produção comunitária foi paralisada e outros fornecedores tiveram que ser encontrados. A crise econômica no Brasil, considerada a pior desde a Depressão dos anos 30, se agravou em 2016 e elas tiveram que se reinventar para não fechar.

“O negócio foi criado por intuição, sem muito planejamento. Minha mãe é artesã e eu estudei comunicação. Tenho alguma experiência com planejamento estratégico, mas nosso crescimento foi orgânico. Reorganizar um negócio como este foi um grande desafio”, afirma Tainah.

Olhando para o auditório lotado e para os investidores na primeira fila, repetindo o discurso ensaiado, ela estava ansiosa com a perspectiva de conseguir o financiamento tão necessário para permitir que a Da Tribu pudesse voltar a crescer.

Ao final, foi questionada por um dos investidores sobre as peças e se teria algo para mostrar. Tentando conter o nervosismo, ela rapidamente distribuiu algumas peças para exame dos jurados. Apesar dos

investidores terem sido brifados para não serem agressivos (o conceito das apresentações era dar às start-ups prática para realizarem o seu marketing), ela saiu muito preocupada com a própria performance.

A Da Tribu foi selecionada como um dos negócios a serem encubados pela PPA, juntamente com atividades como tecnologia aplicada à agricultura e desenvolvimento de marketing para mel de abelhas nativas. Tainah estava aliviada: “Agora teremos oportunidade para reagrupar. O fórum foi uma grande chance de conhecer não só investidores potenciais, mas também parceiros que trabalham com encauchados e podem nos ajudar com conselhos quando as coisas ficarem difíceis,” explicou.

Francisco Samonek, da Encauchados de Vegetais da Amazônia, foi um dos primeiros fornecedores para a Da Tribu. A cooperativa que dirige está mais avançada e recebendo investimento da PPA para expansão. Depois do encontro, a Da Tribu passou a comprar 10 mil metros de látex da cooperativa. Elas precisam de mais matéria-prima para cumprir os objetivos do novo plano de negócios. A empresa quer produzir 12 mil peças de acessórios de borracha em 2019.



Comunidade é apresentada aos lampiões do Litro de Luz

Foto: ECAM

Impacto no campo - Médio Juruá

O território do Médio Juruá onde Coca-Cola, Natura, USAID e SITAWI implementam a parceria foi declarado um sítio RAMSAR em outubro. RAMSAR são áreas úmidas designadas como tendo importância internacional na Convenção Ramsar – Tratado intergovernamental ambiental estabelecido pela UNESCO.

Em 2018, a eletricidade ainda não havia chegado a todas as comunidades em Carauari, um município remoto às margens do rio Juruá, no estado do Amazonas. Para alguns dos assentamentos de ribeirinhos, geradores a diesel eram a única opção disponível de energia, ligados algumas horas a cada noite por causa do custo envolvido.

“Viver sem energia não é bom,” conta Marcos Oliveira de Souza, filho de uma liderança local da comunidade Nova Esperança, em Carauari. Ele foi voluntário na expedição que visitou várias comunidades em agosto para aprender sobre uma tecnologia simples e libertadora: lampiões e postes feitos de garrafas pet, painéis solares e tubos de PVC. Inventada por Alfredo Moser, um mecânico brasileiro, ela foi adotada por uma ONG nas Filipinas em 2012 e chamada de “Litro de Luz”. A tecnologia foi exportada para outros países até retornar ao Brasil.

O programa, implementado via Associação de Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), trabalhou com a ONG Litro de Luz e sua rede de

voluntários para fornecer lampiões para 600 famílias de ribeirinhos nas comunidades do município.

Marcos reconta como foi a viagem de voadeira e como cada comunidade se reunia para ajudar a montar os lampiões quando o grupo chegava: “Cada um de nós tinha uma tarefa. Pintar os lampiões, tomar conta das crianças, carregar caixas, etc. Foi tudo muito organizado, aprendi muito e foi um sonho realizado fazer parte deste esforço de equipe”.

Apesar de Nova Esperança ser uma exceção e ter eletricidade 24 horas por dia desde 2016, a fonte de energia elétrica portátil e de baixo custo será muito útil: “Agora os pescadores podem pescar e voltar pra casa sem medo de pisar numa cobra no escuro. E vai ser possível trabalhar no campo ou torrar farinha de mandioca até tarde,” explica Marcos.

As baterias dos 600 lampiões distribuídos nas comunidades duram até seis horas quando carregadas e já estão beneficiando 3 mil famílias.

Para Lucinete Cunha, que trabalha na SITAWI em Carauari, “fazer parte da atividade do Litro de Luz foi muito mais do que só trabalho. Foi fazer parte de um evento que está trazendo grandes mudanças para pessoas que vivem longe dos grandes centros urbanos”.

PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS (PTS)

A Mineração Rio Norte se aliou à ECAM, Agenda Pública e Imazon para ampliar as oportunidades de desenvolvimento da população da região da Calha Norte, no Pará.

O PTS tem cinco eixos de atividades:



Apoio à gestão pública municipal por meio da criação de arranjos colaborativos que contribuam para a implantação de políticas públicas mais eficientes, aumentando o acesso da população a serviços públicos de qualidade.



Apoio às comunidades e lideranças em sua organização, buscando melhorar a sua participação em reuniões de conselhos e conferências. O objetivo é ajudar a população a exercer seus direitos e deveres.



Apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas incluindo castanha do Brasil, pesca, copaíba, madeira, pecuária, agricultura e turismo.



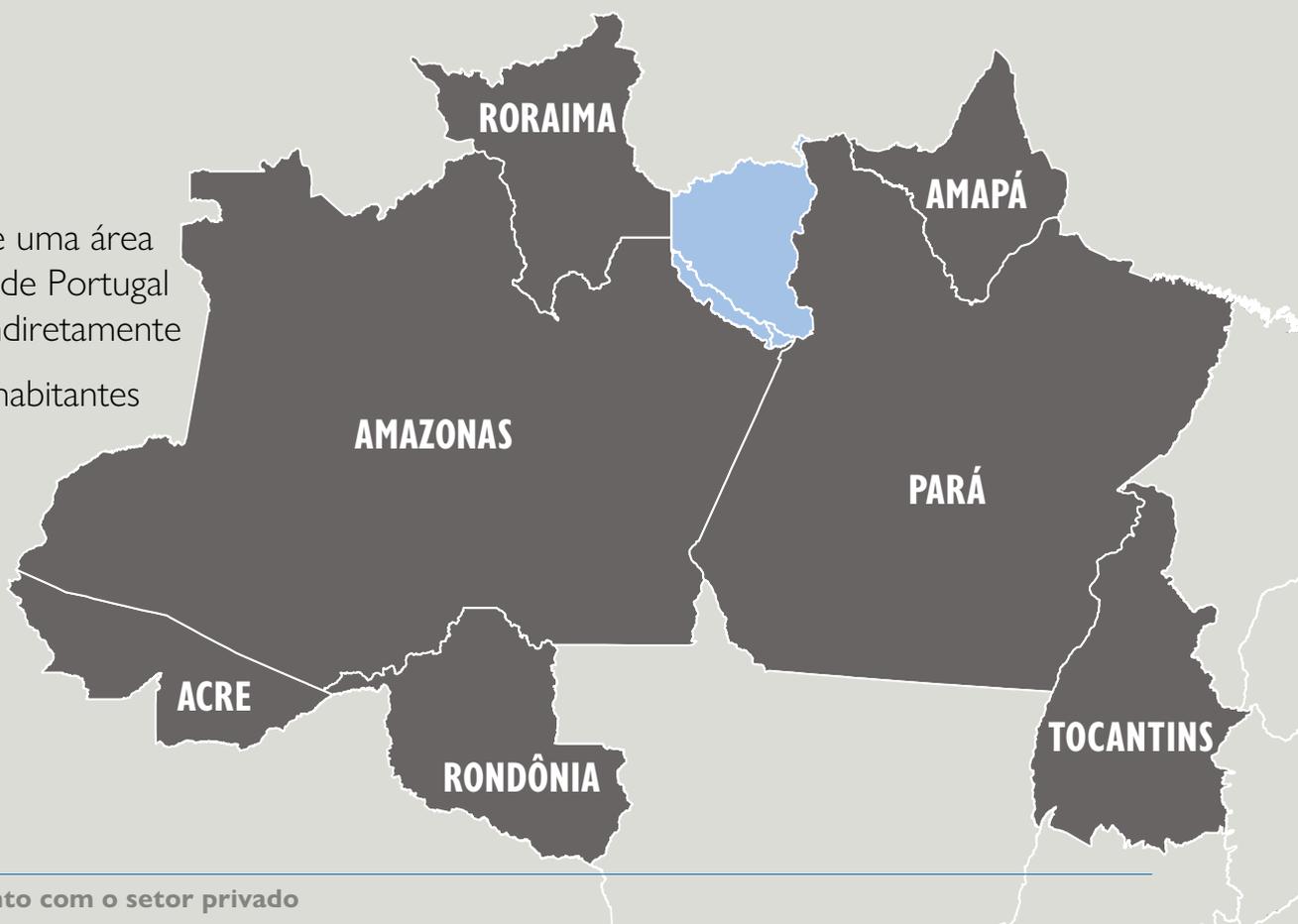
Apoio direto às Secretarias de Meio Ambiente para garantir a conservação, as licenças de novas atividades no município e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).



Apoio às comunidades quilombolas em sua organização e governança, ampliando seu planejamento e seu relacionamento com outros atores regionais.

O PTS cobre uma área do tamanho de Portugal e beneficia indiretamente

96,344 habitantes



Fundo quilombola

O PTS lançou um fundo pioneiro, gerenciado pelas comunidades. O Fundo Quilombola tem como função fortalecer a autonomia das comunidades, utilizando os royalties da mineração e compensações ambientais para financiar seus planos de gestão do território – criados através de uma série de encontros participativos e validados por cada comunidade. O piloto, de US\$ \$1 milhão, com financiamento da MRN, foi criado em 2018 para 14 comunidades, chegando a 5 mil pessoas em sete territórios.

O PTS auxiliou as comunidades a construírem seus planos de manejo territorial, chamados Planos de Vida e seis foram concluídos. Os fundos estão sendo usados de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos. Na primeira rodada, elas reformaram cozinhas comunitárias, consertaram barcos a motor e outros projetos comunitários adiados há tempos por falta de recursos.

A gestão do fundo, embora sob a direção das comunidades, tem controles institucionais e administração é realizada por uma empresa independente (FUNTEC), com base em Brasília, com desembolsos baseados na transparência e num rígido controle financeiro dos projetos.

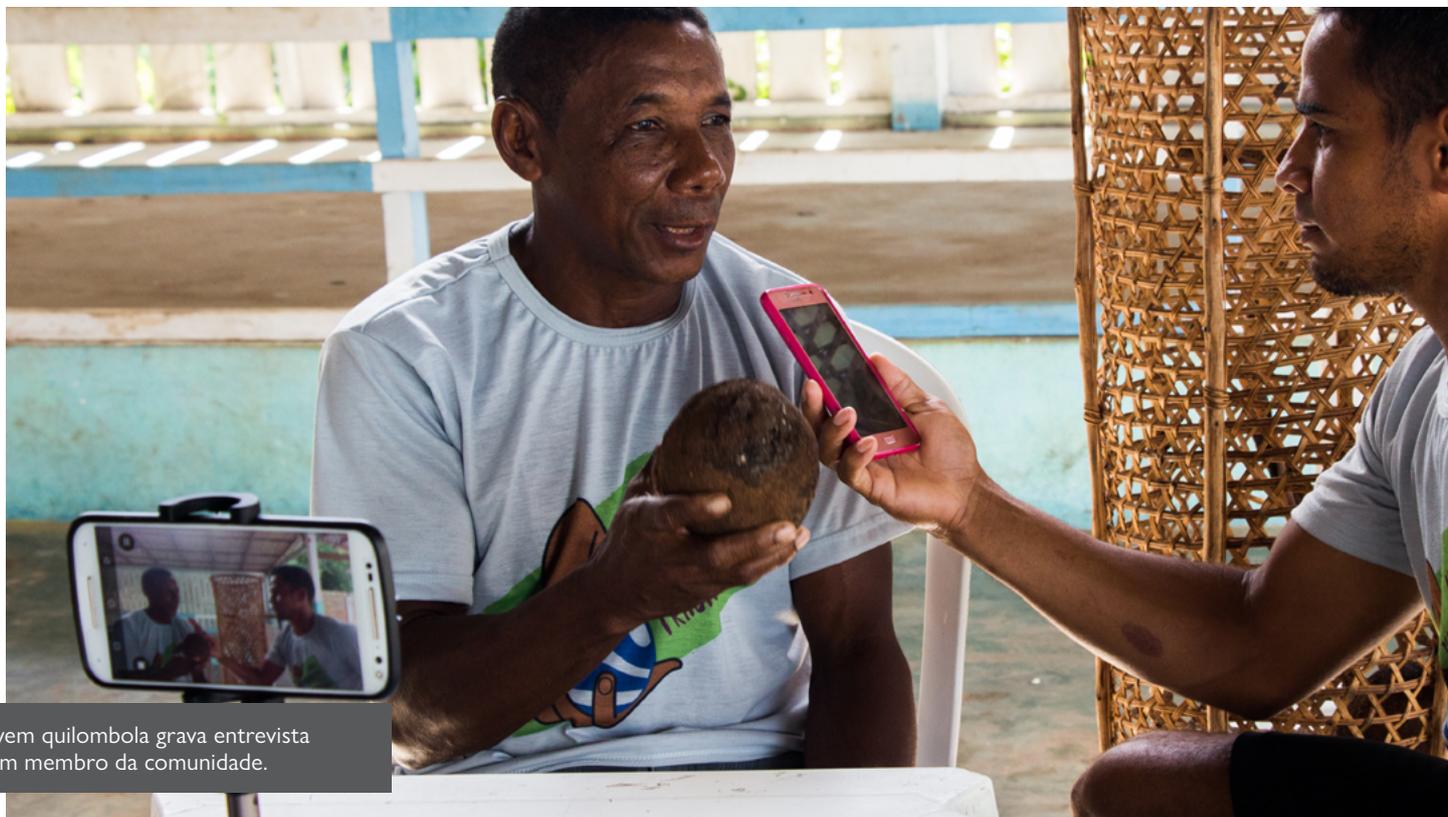
O PTS está trabalhando com o governo brasileiro na esperança de que o fundo possa ser usado como modelo em outras áreas. Em 2019, ele continuará a ser adaptado e, se aprovado, passará a ser permanente. Seguindo regras e um quadro legal que garanta conservação e proteção ambiental, as comunidades poderão gerir seus próprios objetivos de desenvolvimento, usando US\$ 3 milhões estimados em royalties por ano. A nova abordagem tem o objetivo de criar resultados de longo prazo e pode tornar-se um modelo para investimentos do setor privado na Amazônia.



Comunidade quilombola em Oriximiná, Pará.

Foto: ECAM

Impacto no campo Tecnologia é usada para estimular sustentabilidade



Jovem quilombola grava entrevista com membro da comunidade.

Rogério Oliveira Pereira trocou a enxada pelo notebook como seu principal instrumento de trabalho, em 2015.

O pequeno agricultor de uma comunidade remota no norte do estado do Pará, ele nunca havia usado um computador quando começou os treinamentos de Google Earth e ODK.

Três anos depois, em outubro de 2018, ele estava na Califórnia para apresentar o georreferenciamento de uma área maior do que Portugal para uma audiência de funcionários da Google, ao lado de Claudinete Colé, presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO).

O mapeamento incluía não só os territórios, mas lagos formados pelo rio Trombetas e seus tributários, quando os rios baixam na estação seca e voltam para seus leitos, depois de inundarem a região durante as cheias. Alguns dos lagos têm direitos

de pesca compartilhados (principalmente com indígenas) e estes também foram mapeados.

As coordenadas de 18 territórios tradicionais e 37 comunidades, incluindo a localização dos seus principais recursos, com os lagos e as castanheiras de onde vêm a Castanha do Brasil, foram transferidas para o Google Earth, o que significou um esforço gigantesco. Muitas destas comunidades estão em áreas cujo único acesso são rios e igapós em viagens que duram vários dias. O trabalho foi realizado por um pequeno grupo de jovens quilombolas sob a supervisão de Pereira e Colé.

O treinamento foi ministrado pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), com o apoio de duas iniciativas do setor privado. A primeira com o Google Earth Outreach e a segunda com a Mineração Rio Norte (MRN) – próxima ao rio Trombetas.





Foto: ECAM

“Não tínhamos nenhuma documentação sobre a gente. Sentimos que estávamos tendo aulas sobre nossa identidade. Ouvimos histórias e aprendemos sobre nossa história. E isto empoderou nossa juventude – que estava envolvida em todas as fases do projeto, incluindo a análise de dados – a continuar trabalhando para proteger e assegurar direitos e a transformar nosso conhecimento em ações concretas.”

As comunidades formadas por descendentes de escravos que conseguiram escapar de fazendas de cacau e pecuária e viviam isoladas desde o século 19 nas municipalidades de Oriximiná, Faro e Terra Santa foram finalmente – e literalmente – incluídas no mapa.

O projeto amalhou ainda uma grande quantidade de dados socioeconômicos em uma pesquisa com 708 famílias, que servirá de linha de base para o Programa Territórios Sustentáveis (PTS) – uma iniciativa com duração de 15 anos para ampliar o bem-estar e a conservação na região, liderada por uma aliança que reúne a MRN, três organizações da sociedade civil brasileira e três municípios.

Ao responder uma pergunta sobre seu trabalho durante a conferência do Google, Colé disse que tanto convencer os mais velhos a participar, como ter jovens realizando as entrevistas foi muito importante porque “não tínhamos nenhuma documentação sobre a gente. Sentimos que estávamos tendo aulas sobre a nossa identidade. Ouvimos histórias e aprendemos sobre nossa história. E isto empoderou nossos jovens – que estavam envolvidos em todos os estágios do projeto, incluindo análise de dados – a continuar trabalhando para proteger e assegurar nossos direitos e a transformar nosso conhecimento em ações concretas.”

Os dados coletados estão sendo analisados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD) com o uso de ‘data sprints’ – um processo que garimpa informações e conhecimento a partir de ‘big data’. A análise já descobriu que a maioria das comunidades quilombolas bebe água diretamente dos rios e de poços e que 95% usam plantas medicinais, mantendo a tradição e dependendo da floresta para o tratamento de doenças (também pelas enormes distâncias entre suas casas e um hospital).

Para Colé, o principal desafio do trabalho foi “dominar as novas ferramentas e usá-las”. E ainda equilibrar suas atividades na agricultura com as responsabilidades na Associação quilombola e as do projeto.

PRÓXIMOS PASSOS

Estas alianças, PPPs e atividades relacionadas com a liderança do setor privado estão fornecendo lições e novos modelos para a USAID e para o consórcio PCAB, nas quais o foco está em ouvir e aprender com os atores locais, criando um ambiente de confiança entre os diferentes setores envolvidos e inovando para criar modelos vitoriosos em múltiplas frentes: que beneficiem as florestas, as comunidades, e o setor privado.

A USAID/Brazil continuará a estimular a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), cujo legado poderia ser uma aliança autosustentável feita de parcerias com interesses na região Amazônica e comprometida em investir em novos modelos econômicos alinhados à conservação e às comunidades.

Além disso, a PPA está fomentando negócios de impacto e novos mecanismos em 2019. Sob esta base colocada pela PPA, a USAID, está facilitando juntamente com MMA, CIAT e Althelia Funds, o primeiro fundo de investimentos de impacto voltado para a biodiversidade amazônica. O fundo de investimentos proposto, com duração de 11 anos, irá injetar US \$100 milhões de capital privado em negócios de impacto que sejam financeiramente viáveis para a floresta e biodiversidade. Terá uma abordagem de mercado, para criar escala em iniciativas capazes de vencer os desafios para implementar o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Monitoramento, Avaliação e Aprendizado

O maior engajamento da PCAB com o setor privado requer o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento, avaliação e aprendizado capazes de mensurar impactos e criar uma comunidade de aprendizado. A padronização de indicadores sociais e de biodiversidade ajudam a rastrear resultados a nível de projetos, assim como a calcular o impacto do portfólio da PCAB.

Recursos alavancados via setor privado estão sendo medidos e ferramentas robustas de monitoramento estão sendo implantadas: a metodologia Análise de Redes Sociais (ARS) irá ajudar a compreender os impactos da PPA. A ARS vai avaliar anualmente a natureza e a força dos relacionamentos, assim como sua evolução ao longo do tempo e seus impactos. O que vai permitir a identificação de vulnerabilidades na rede e de oportunidades para conectar melhor os fornecedores de produtos provenientes da biodiversidade amazônica com seus mercados potenciais.

O Índice de Progresso Social (IPS) é um índice global que pode ser usado para medir e comparar o bem-estar e não se baseia somente em indicadores econômicos. A PCAB vem adotando o IPS em várias iniciativas, inovando com a inclusão de dados primários coletados nas residências. Coca-Cola e Natura foram as primeiras a usar o ISP como linha de base no Médio Juruá, continuando a coleta regularmente, desde então. E, a partir de 2019, o PTS inicia seu uso.

Já os modelos de avaliação estão sendo desenhados como “contrafactuais”, para servir como referências na comparação de cenários entre o status quo e o de intervenções através da PCAB, tanto em florestas como em biodiversidade.

A USAID mantém seu compromisso com o uso inteligente e estratégico de investimentos públicos e privados, combinados às parcerias catalisadoras e modelos inovadores na PCAB. Apoiando o Brasil a tornar-se líder em soluções conjuntas, que aumentem a prosperidade em uma região com antigos desafios, ao mesmo tempo em que garante que essa megabiodiversa região do mundo seja conservada para futuras gerações.

Rede de Parceiros da PCAB



EQUIPE USAID BRASIL



Foto: Juliana Nogueira

Ted Gehr Diretor (2019)

Michael Eddy Diretor (até 2018)

Anna Toness Líder da Equipe de Meio Ambiente

Amy Daniels Consultora Senior para Monitoramento e Avaliação

Ana Paula Mendes Oficial de Programa

Alex Araújo Especialista em Gerenciamento de Projetos

Alex Alves Especialista em Engajamento do Setor Privado e Parcerias

Patrícia Benthien Especialista em Biodiversidade e Gerenciamento de Projetos

Bernardo Portela Analista de Orçamento e Gerente de Projetos

Socorro Borges Gerente



**Parceria para a Conservação da
Biodiversidade na Amazônia
(PCAB)**



USAID | **BRASIL**
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

ENDEREÇO

Embaixada do Estados Unidos no Brasil
SES - Av. das Nações, Quadra 801, Lote 03
70403-900 - Brasília, DF

TELEFONE

+ 55 (61) 3312-7248

ONLINE

www.pcabhub.org
info@pcabhub.org

MÍDIAS SOCIAIS

